

TAÍSA BARBOSA ROBUSTE

SE (EU) NÃO ME ENGANO...
CONDICIONALIDADE NA MODALIZAÇÃO?



ARARAQUARA – SP

2011

TAÍSA BARBOSA ROBUSTE

SE (EU) NÃO ME ENGANO...
CONDICIONALIDADE NA MODALIZAÇÃO?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Maria Helena de Moura Neves

Bolsa: FAPESP

Robuste, Taisa Barbosa

Se eu não me engano... condicionalidade na modalização? / Taisa
Barbosa Robuste. – 2011

94 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus
de Araraquara

Orientador: Maria Helena de Moura Neves

1. Linguagem. 2. Modalidade (Linguística). I. Título.

TAÍSA BARBOSA ROBUSTE

SE (EU) NÃO ME ENGANO...
CONDICIONALIDADE NA MODALIZAÇÃO?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientador: Maria Helena de Moura Neves

Bolsa: FAPESP

Data da defesa: 30/05/2011

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves
UNESP/FCL/ Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
UNESP/Ibilce/SJRioPreto

Membro Titular: Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner
UNESP/Ibilce/SJRioPreto

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho aos meus pais
Maria Aparecida e Aparecido Luiz
e
à minha irmã Alessandra,
meus eternos amores.

AGRADECIMENTOS

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos (...)*
(MELO NETO, João Cabral)

À professora Maria Helena por ter me conduzido desde a iniciação científica na pesquisa linguística, pela orientação cuidadosa e pela dedicação desmedida. A ela, com carinho, agradeço também todas as tardes de discussão que se estenderam pelas noites.

À professora Rosário, pelos conselhos e por ter me apresentado, no primeiro ano de graduação, à professora Maria Helena.

À minha querida amiga Taísa Oliveira por todos os cafés, consultorias via *internet* e, principalmente, pela ideia inicial do projeto.

Ao professor João Moraes pela ajuda com o *corpus*.

Aos professores Marize e Sebastião por todas as sugestões feitas no exame de qualificação e em encontros nos vários congressos de que participamos.

Aos meus amigos de graduação Carol, Israel, Ive e Mariah por todos os momentos agradáveis que passamos no *campus* e pela ajuda nas horas em que mais precisei.

Aos meus amigos de pós-graduação que estiveram comigo desde o início do curso, Alessandra, Gisele, Maira, Maria Paula e Vinício.

Às minhas novas amigas Cibele e Silvana pelo apoio desmedido, pelas leituras e sugestões e, principalmente, pela amizade.

Às meninas do 56: Bruna, Day, Naty, Pri, e, especialmente, Cris e Talita, por todos os anos que moramos juntas e compartilhamos verdadeiros momentinhos de felicidade.

Aos meus amados pais que sempre me incentivaram nos estudos e nunca mediram esforços para me ajudar. Agradeço também pelo amor incondicional.

À minha linda irmã e ao meu cunhado Marcos por sempre estarem presentes, mesmo que distantes, me incentivando e me apoiando.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e às bibliotecárias pela prontidão e precisão no esclarecimento de dúvidas.

Ao CNPq pela bolsa de estudos concedida durante do período de maio de 2009 a agosto de 2009 e à FAPESP pela bolsa de estudos concedida durante o período de setembro de 2009 a abril de 2011.

RESUMO

Com base em um paradigma funcionalista da linguagem, o objetivo desta dissertação é avaliar a relação existente entre condicionalidade e modalização epistêmica, a ser obtida em análise de *corpora* disponíveis de língua falada e língua escrita contemporânea do Português do Brasil. Partiu-se da análise da condicional *se (eu) não me engano* para verificar se, e de que modo, essa condicional atua como modalizador epistêmico, assentada a hipótese de que ela leva a proposição a que se liga para o campo do possível. O exame desse papel de validação que aqui se propõe passou pela avaliação da diferença entre *se (eu) não me engano* e as condicionais prototípicas. A primeira verificação que se fez é que *se (eu) não me engano* não apresenta um comportamento prototípico de condicionalidade uma vez que não se relaciona com a apódose em tal linha direta de condicionalidade, embora se institua no nível da proposição. Para este trabalho foram pertinentes incursões relacionadas aos seguintes campos de investigação lingüística: relação entre condicionalidade, modalidade, evidencialidade e (inter)subjetividade; possibilidade e relevância da inserção de *se (eu) não me engano* em algum ponto do processo de gramaticalização; pertinência da mobilidade sintática para a definição de sua natureza modal; caracterização do tipo de âmbito de incidência da modalização. A partir dessas incursões foi feita uma descrição, com base em dados quantitativos e qualitativos, do comportamento sintático, semântico e pragmático de *se (eu) não me engano*. A principal observação que se fez é que essa condicional pode ser avaliada como um modalizador epistêmico, uma vez que atua sobre um âmbito de incidência, relativizando o seu valor de verdade.

Palavras chave: Modalidade. Evidencialidade. Condicionalidade. (Inter)subjetividade. Gramaticalização.

ABSTRACT

Based on a functionalist paradigm of the language, the objective of this thesis is to evaluate the existing relationship between epistemic modality and conditionality, obtained by analyzing the available *corpora* in spoken and written contemporary Brazilian Portuguese language. The starting point was the analysis of the conditional form *se (eu) não me engano* (*if I'm not mistaken*) to verify whether and how this conditional acts as an epistemic modalizer, assuring the hypothesis that this conditional takes the proposition to which it is connected to the field of possibility. The examination of this validation role that is proposed here went through the evaluation of the difference between the *se (eu) não me engano* conditional and the prototypical conditionals. The first verification that was made is that the *se (eu) não me engano* does not present a prototypical behavior of conditionality, since it does not relate to the apodosis in a direct line of conditionality, although it institutes itself on the level of proposition. Some incursions related to the following fields of linguistic investigation were relevant on this work: relationship between conditionality, modality, evidentiality and e (inter)subjectivity; possibility and relevance of the insertion of the *se (eu) não me engano* in some point of the grammaticalization process; relevance of syntactic mobility on the definition of its modal nature; characterization of the type of context of the modalization. A description of the syntactic, semantic and pragmatic behavior of the *se (eu) não me engano* was rendered from these incursions, based on quantitative and qualitative data. The major observation made is that this conditional can be valued as an epistemic modalizer, since it acts upon a scope of incidence, relativizing its value of verity.

Keywords: Conditionality. Evidentiality. Grammaticalization. (Inter)subjectivity. Modality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A modalidade epistemológica	19
Figura 2: A relação entre evidencialidade, subjetividade e modalidade epistêmica	35
Figura 3: Propriedades relevantes do <i>cline</i> de combinações de construções	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Níveis de representação do enunciado	16
Quadro 2: Equacionamento entre evidencialidade e modalidade epistêmica.....	28
Quadro 3: A relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade	31
Quadro 4: Tipologias das orações condicionais	40
Quadro 5: Os parâmetros da gramaticalização	45
Quadro 6: Variáveis utilizadas para análise quantitativa dos dados	52
Quadro 7: Tipos textuais	69
Quadro 8: Tipos de sequência textual.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Posição da condicional <i>se (eu) não me engano</i> em relação à construção nuclear (<i>corpus</i> de língua escrita)	59
Tabela 2: Posição da condicional <i>se (eu) não me engano</i> em relação à construção nuclear (<i>corpus</i> de língua falada)	59
Tabela 3: Posição de <i>se (eu) não me engano</i> em relação ao seu âmbito de incidência (<i>corpus</i> de língua escrita)	62
Tabela 4: Posição de <i>se (eu) não me engano</i> em relação ao seu âmbito de incidência (<i>corpus</i> de língua falada)	62
Tabela 5: Relação entre a posição da condicional e o tipo de âmbito de incidência (<i>corpus</i> língua escrita)	66
Tabela 6: Relação entre a posição da condicional e o tipo de âmbito de incidência (<i>corpus</i> língua falada)	66
Tabela 7 : Tipo de <i>corpus</i> e tipo de sequência textual	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 OS (DES)LIMITES DA MODALIDADE: AVALIAÇÃO DA CONDICIONAL SE (EU) NÃO ME ENGANO SOB A ÓTICA MODAL	14
1.1 A lógica modal e a investigação linguística da modalidade	14
1.2 O tratamento funcionalista da modalidade	16
1.2.1 A modalidade na estrutura oracional em camadas	16
1.2.2 O domínio da modalidade	18
1.2.3 A subjetividade nos estudos de modalidade	23
2 O ACESSO À FONTE DE INFORMAÇÃO: AVALIAÇÃO DE SE (EU) NÃO ME ENGANO SOB A ÓTICA DA EVIDENCIALIDADE	28
3 UMA AVALIAÇÃO DO VALOR CONDICIONAL DO SEGMENTO SE (EU) NÃO ME ENGANO	36
4 O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO E SUA COMPLEXIDADE	43
4.1 A gramaticalização na sincronia e na diacronia	43
4.2 A Gramaticalização de orações	46
4.3 A (inter)subjetividade nos estudos de gramaticalização	47
5 METODOLOGIA	50
6 ANÁLISE DOS DADOS	54
6.1 A ligação da condicional a outro elemento sintático.....	56
6.2 A posição da condicional em relação à oração principal	57
6.3 A posição de <i>se (eu) não me engano</i> em relação ao seu âmbito de incidência	61
6.4 A relação entre a posição da condicional e o tipo de âmbito de incidência	65
6.5 Os tipos de sequência textual e o segmento <i>se (eu) não me engano</i>	68
6.6 Os tipos de predicação e o segmento <i>se (eu) não me engano</i>	73
6.7 A gramaticalização da condicional <i>se (eu) não me engano</i>	76
6.8 A (inter)subjetividade de <i>se (eu) não me engano</i> : um jogo duplo?	80
6.9 As semelhanças e diferenças funcionais de construções modalizadoras.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação investiga-se a ligação da condicional *se (eu) não me engano*¹ com a manifestação da modalização epistêmica. Em primeiro lugar, há a registrar que, nas construções com *se (eu) não me engano*, a proposição nuclear não depende da condicional da mesma maneira que ocorre no caso das condicionais canônicas, nas quais se combinam “uma prótase (uma proposição cujo valor de verdade determina o valor de verdade da outra) e uma apódose (uma proposição que expressa a consequência do preenchimento – ou não – da condição da prótase” (NEVES, 2006, p. 259). Uma das hipóteses que se propõe testar neste trabalho diz respeito exatamente à qualificação dessa condicional como prótase que não se relaciona com a apódose em tal linha direta de condicionalidade, embora a articulação se institua no nível da proposição.

Assim, com base em dados sincrônicos de língua escrita e falada do português, este estudo tem como objetivo geral avaliar se a condicional *se (eu) não me engano* (que atua como relativizadora da validade da proposição condicionada) está atuando como um modalizador epistêmico². Nesse sentido foi feita uma descrição do comportamento sintático, semântico e pragmático da condicional em exame.

Os pressupostos teóricos básicos que se podem anunciar, já de início, como de relevância na proposta de um estudo de língua em uso resumem-se nas indicações sobre o aparato de sustentação oferecido por uma teoria funcionalista da linguagem que se arrolam a seguir. Trata-se de uma teoria: a) dirigida para a questão da comunicação eficiente pragmaticamente orientada (GIVÓN, 1984, 1995); b) inserida em um modelo de interação verbal (DIK, 1997); c) caracterizada por uma integração dos componentes sintático, semântico e pragmático (GIVÓN, 1984, 1995; BEAUGRANDE, 1993); d) dirigida para a consideração da língua como estruturação de conteúdos, como sistema de funções, enfim, como um conjunto de paradigmas funcionais em que se estabelecem oposições funcionais (COSERIU, 1992).

¹ Além da condicional *se não me engano*, também foram analisadas condicionais do tipo *se não me falha a memória*, *se não estou errado*, etc. Como se verá no desenvolvimento da dissertação, várias questões levaram a que se dedicasse uma maior atenção à condicional *se eu não me engano*, uma delas é a maioria significativa de ocorrências nos *corpora*. Quando nos referirmos ao objeto de análise, vamos deter na condicional *se eu não me engano*, por ser ela o objeto central deste estudo.

² Essa condicional já foi analisada em Oliveira (2008a) com base nos estudos de gramaticalização. Defendeu-se nesse estudo que o *se (eu) não me engano* vem se gramaticalizando com função de modalizador epistêmico.

A fim de analisar a relação entre condicionalidade e modalidade epistêmica a partir do exame da condicional *se (eu) não me engano* – particularmente marcada por essa relação – são postos, como objetivos específicos:

- (a) verificar se a condicional *se (eu) não me engano* atua como modalizador epistêmico (assentada a hipótese de que ela é usada para relativizar a validade da proposição condicionada), e assim investigar a fluidez entre as categorias gramaticais;
- (b) verificar a relação entre a marcação de dúvida e a evidencialidade com base na proposta de Nuyts (2001);
- (c) verificar a possibilidade de *se (eu) não me engano*, pela fixidez de forma que apresenta, ser visto como de algum modo suscetível de uma apreciação dentro das categorias de análise da gramaticalização;
- (d) verificar, de acordo com o contexto de uso, os graus de (inter)subjetividade (TRAUGOTT, 2010) que *se (eu) não me engano* pode apresentar, e especialmente analisar se essa condicional apresenta valor intersubjetivo em contextos específicos;
- (e) verificar a diferença de comportamento entre *se (eu) não me engano* e outras construções que compartilham natureza como *se (eu) não estou enganado*, *se (eu) não estou equivocado*, *se (eu) não estou certo* e *salvo engano*;
- (f) verificar se a função de instrumento de validação da polaridade de *se (eu) não me engano* é alterada de acordo com o elemento a que se liga (uma oração ou um constituinte não oracional) e pela ordem em que tal condicional se estrutura (considerados os estudos sobre o fato de que os efeitos da posição da oração do tipo adverbial em relação à nuclear se inscrevem no domínio pragmático-discursivo).

O que aqui se propõe está num campo de investigação com muitos aspectos ainda a explorar, em língua portuguesa, e, como já se indicou, considera-se que, nesse campo, é adequada a adoção da teoria funcionalista de linguagem. Em tal direção, as funções sintáticas desempenhadas por *se (eu) não me engano* são analisadas em integração com os outros componentes da linguagem, envolvendo especialmente a relevância das manifestações de atitude do falante.

A dissertação está dividida em seis seções. Na primeira seção são apresentados os principais pressupostos teóricos que tratam da modalização. Reconhecem-se os limites não

estabelecidos da modalidade e faz-se uma breve referência ao tratamento lógico-semântico a fim de se chegar às formas de tratamento da manifestação da modalidade epistêmica pelo funcionalismo.

A segunda seção faz uma explanação teórica da evidencialidade a fim de complementar a primeira seção. Neste trabalho o que sustenta a inserção da condicional em estudo no campo da evidencialidade é o pressuposto de Nuyts (2001) que diz que não pode existir modalização sem evidencialidade uma vez que elas são duas dimensões semânticas relacionadas.

Assumindo que a condicional em estudo não se liga à sua apódose da mesma forma como ocorre com outras condicionais, a terceira seção apoia-se na tipologia tripartite de Sweetser (1990) para analisar o comportamento dessa condicional. Este trabalho parte da hipótese de que *se (eu) não me engano* deixa de apresentar alguns traços de condicionalidade, e isso ocorre no sentido de ela poder ser avaliada dentro do campo da modalidade.

A quarta seção apresenta algumas propostas centrais de autores de relevância no campo dos estudos de gramaticalização. São de particular importância para este trabalho questões tratadas nesses estudos como: i) variabilidade paradigmática, variabilidade sintagmática e escopo (LEHMANN, 1985), ii) aumento de frequência (BYBEE, 1995), (iii) dessentencialização (LEHMANN, 1988), (iv) subjetivização (TRAUGOTT, 2010). Essas questões, analisadas em conjunto, encaminham para a proposição de um *cline* sincrônico de gramaticalização do objeto em análise.

O aparato metodológico pelo qual é guiado este trabalho compõe a seção cinco. Nesse ponto da dissertação caracterizam-se os *corpora* utilizados para as investigações e os parâmetros de análise que guiaram a pesquisa. Ademais, faz-se a justificativa da escolha do programa utilizado para auxiliar na apuração das frequências e dos percentuais na pesquisa.

Por último, na sexta seção, são apresentadas as análises quantitativa e qualitativa das ocorrências de *se (eu) não me engano*. As análises conduziram para a proposição de que essa condicional está atuando como um modalizador epistêmico em contextos de uso específicos. Nessa seção também é analisada a relação dessa condicional com a expressão *acho que* em seu uso epistêmico.

Em conclusão, analisa-se a fluidez entre as categorias e discutem-se os resultados da pesquisa.

1 OS (DES)LIMITES DA MODALIDADE: AVALIAÇÃO DA CONDICIONAL SE (EU) NÃO ME ENGANO SOB A ÓTICA MODAL

Esta seção dedica-se especialmente a mostrar as facetas da dimensão da modalidade. O estudo que aqui se propõe pede um modelo teórico que considere a língua em uso. Assim, reconhecendo os limites não estabelecidos da modalidade (CERVONI, 1989, LYONS, 1977; PALMER, 1979; DALL'ÁGLIO-HATTNHER, 1995, DALL'ÁGLIO-HATTNHER, et. al., 2001), procura-se mostrar como construções linguísticas de natureza condicional podem ser avaliadas sob o abrigo da modalidade.

1.1 A lógica modal e a investigação linguística da modalidade

Sempre tendo como objetivo avaliar a possibilidade de a condicional *se (eu) não me engano* poder ser apreciada de um valor modal, faz-se aqui um breve histórico³ dos estudos da modalidade, a fim de oferecer um panorama das noções que têm sido abrigadas nessa dimensão.

As formulações fundantes dos estudos de modalidade estão na Lógica. As primeiras modalidades descritas pelos lógicos foram as *aléticas* ou *aristotélicas*, que dizem respeito ao conteúdo das proposições e se referem ao eixo conceptual da existência. Os conceitos abrigados pela modalidade *alética* são os de necessário, possível, contingente e impossível. Assim, na lógica, os enunciados de uma ciência podem ser necessariamente verdadeiros ou possivelmente verdadeiros. Partindo do conceito de possível, estabelece-se o conceito de impossível, e, a partir do conceito de necessário, estabelece-se o conceito de contingente.

Os lógicos também se dedicaram à explicação dos outros dois eixos, o do conhecimento e o da conduta. Ligam-se a esses eixos, respectivamente, a modalidade *epistêmica* e a modalidade *deôntica*. A primeira relaciona-se com o conhecimento ou crença do falante, valores esses que estão presentes nas condicionais em foco, e a segunda relaciona-se com os valores de possibilidade e necessidade.

Nota-se, então, que já na gênese da questão da abrangência da modalidade eram discutidos conceitos mais tarde retomados pela teoria linguística. Na tentativa de diferenciar as descrições lógicas e linguísticas, Kiefer (1987) afirma que a Lógica se dedica a descrever as proposições lógicas enquanto a Linguística se dedica aos aspectos não proposicionais da modalidade. O autor assim define a modalidade

³ As leituras que serviram de apoio para o tratamento lógico da modalidade neste trabalho foram: Dall'Áglío-Hattnher (1995) e Neves (2007).

“A modalidade de p significa que p é necessariamente verdadeiro ou falso, ou possivelmente verdadeiro ou falso em relação a certo pano de fundo. Ou, alternativamente, a modalidade de p significa que p é necessariamente verdadeiro ou falso, ou possivelmente verdadeiro ou falso num certo conjunto de mundos possíveis” (KIEFER, 1987, p.71).

Afirma ainda Kiefer (1987) que, na Lógica, as seguintes condições têm de ser satisfeitas para que uma expressão linguística seja dotada de valor modal: a) o significado da expressão tem de estar relacionado com as noções de necessidade e de possibilidade; b) o significado da expressão tem de ser proposicional. Assim, a expressão linguística que não satisfizer essas duas condições não faz parte do conjunto de expressões modais.

Nesse contexto se desenha uma diferença de valores entre a Lógica e a Linguística, uma vez que algumas expressões consideradas modais pela Linguística não satisfazem as duas condições. A atribuição de valores às expressões de atitude do falante também é diferente na Lógica e na Linguística. Na Linguística, essas expressões são essenciais para marcar a expressão de modalidade, enquanto na Lógica, elas não pertencem ao conjunto de expressões modais.

Em geral, no desenvolvimento dos estudos referentes ao assunto é comum uma retomada dos conceitos estabelecidos pela Lógica. Dentre os estudiosos que mostram certa ligação com ideias desenvolvidas pelos lógicos está Lyons (1977), que limita o conceito de modalidade às noções de “possibilidade” e “necessidade”. Partindo desse autor estão funcionalistas estudiosos da modalidade, como Dik (1989), Hengeveld (1988, 1989), Nuyts (1992, 1993, 2000), bem como Bybee e Fleischamn (1995), que estudaram a modalidade e sua relação com a gramática e com o discurso.

Dado esse contexto, dizer que nas línguas naturais uma proposição p é obrigatória ou necessária “coloca em questão saber para quem p é obrigatória ou necessária, quem aprecia o valor modal do enunciado p e em virtude de qual sistema de normas” (ALEXANDRESCU, 1976, p.19, *apud* DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p. 71). Considerando-se a importância que tem o falante para os estudos modais de base linguística, pode-se entender que, “no estudo das modalidades linguísticas, o sujeito da enunciação se encontra, portanto, em uma posição privilegiada” (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p.71).

1.2 O tratamento funcionalista da modalidade

Feito um breve histórico do veio central de origem dos estudos da modalidade, esta seção do trabalho se dedica ao tratamento funcionalista da modalidade, que parte da estrutura do enunciado em camadas.

1.2.1 A modalidade na estrutura oracional em camadas

Tendo em vista que os trabalhos de base funcionalista que investigam a expressão da modalidade na língua em uso passam, em geral, pela verificação das camadas de constituição do enunciado (DIK, 1989,1997; HENGEVELD, 1988, 1989; NUYTS, 1992, 1993, 2000; NEVES, 1997, 1998, 1999, 2000, 2007; DALL'AGLIO-HATTNER 1995, DALL'AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001; GONÇALVES, 2003), investiga-se aqui em qual camada está atuando a condicional *se (eu) não me engano*, analisada como um modalizador epistêmico.

No modelo de organização oracional em camadas invocado (HENGEVELD, 1988, 1989), o enunciado pode ser analisado em dois níveis: o *representacional* e o *interpessoal*. O nível representacional se refere ao evento narrado. Nesse nível, um estado de coisas é descrito de maneira tal que o destinatário seja capaz de entender a que situação real ou hipotética se faz referência (HENGEVELD, 1989). O nível interpessoal diz respeito ao evento de fala, e nele o enunciado é representado de uma forma que permite ao destinatário ser capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante. Nesse sentido, uma predicação cumpre duas funções diferentes: designa um estado de coisas no nível representacional e representa o conteúdo de um ato de fala no nível interpessoal. Para distinguir essas duas faces da predicação, Hengeveld (1989) nomeia *predicação* à primeira função e *proposição* à segunda função, como relaciona o seguinte quadro:

Quadro 1: Níveis de representação do enunciado

Nível	REPRESENTACIONAL	INTERPESSOAL
Referência	Refere-se ao evento narrado	Refere-se ao evento da fala
Função	Designa um estado de coisas	Representa o conteúdo de um ato de fala
Designação	PREDICAÇÃO	PROPOSIÇÃO

Fonte: Hengeveld (1989).

A utilização do modelo de descrição da estrutura frasal em camadas (HENGEVELD, 1989) torna possível examinar, em enunciados reais da língua em uso, as diferentes instâncias de modalização. No que diz respeito ao tipo modal de maior interesse para este estudo (modalização epistêmica), o modelo de organização oracional em camadas permite que se analisem a relação entre os graus de (des)comprometimento do falante em relação ao seu enunciado e a relação entre a manifestação da evidência da fonte da informação e a camada em que atua o modalizador (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995).

Em Hengeveld (1989, p.131) são distinguidos quatro tipos de operadores (conforme os seus níveis de atuação e a função que exercem), são eles:

- a) Operadores do nível do *predicado*: são o significado gramatical que especifica propriedades adicionais a um estado de coisas designado pela predicação. Ex.: indicadores da temporalidade interna dos estados de coisa e presença ou ausência da propriedade (ou relação) expressa pelo predicado.
- b) Operadores do nível da *predicação*: são o significado gramatical que localiza um estado de coisas designado por uma predicação em um mundo real ou possível, e portanto restringe o conjunto de referentes potenciais da predicação à situação externa que o falante tem em mente. Ex.: indicadores de tempo de ocorrência, de frequência de ocorrência e de atualidade dos estados de coisa.
- c) Operadores do nível da *proposição*: são os significados gramaticais pelos quais o falante indica sua atitude em relação à verdade da proposição. Ex.: indicadores da origem do conteúdo proposicional e indicadores do comprometimento do falante com a verdade da proposição.
- d) Operadores do nível da *ilocução*: modificam a força da base ilocucionária da expressão linguística de modo a torná-la apta à sua estratégia comunicativa. Ex.: indicadores de atenuação ou de intensidade da força ilocucionária.

Para o autor, os operadores de predicação se relacionam com o estado de coisas, e não com as propriedades, e o que os diferencia dos operadores de predicado é que estes são relacionados com a função de referência das predicções. Uma outra diferença estabelecida é entre os operadores de ilocução e os operadores de proposição: os primeiros se ligam aos possíveis efeitos perlocucionários do ato de fala, e não ao seu conteúdo, enquanto os segundos se relacionam com a intenção comunicativa com a qual o falante apresenta o seu conteúdo.

O que mais interessa aqui são os operadores que atuam no nível da proposição, por serem eles os meios gramaticais pelos quais o falante manifesta a sua atitude em relação ao conteúdo proposicional.

Na sequência serão mostrados os tipos de modalidade, de acordo com reflexões que alguns autores funcionalistas fizeram sobre o assunto. Primeiro será mostrado o posicionamento de Hengeveld (1988, 1989) e o de Dik (1989), justamente por estudarem a modalidade de acordo com os níveis de estruturação do enunciado. Em seguida será mostrado o posicionamento tomado de Halliday (1970, 1985), que parte do estudo da inter-relação entre a diversidade funcional da linguagem e a modalidade. Por último apresenta-se a visão de Nuyts (1992, 1993, 2001) sobre a modalidade.

1.2.2 O domínio da modalidade

Para Dik (1989) *modo e modalidade* não constituem um domínio semântico unificado ao qual pode ser dada uma definição genérica. O autor primeiro distingue tipos de modalidade que se aplicam a diferentes partes da estrutura do enunciado e que correspondem a diferentes partes da gramática. Na esteira de Hengeveld (1988, 1989), Dik (1989) traça e define os vários subtipos da modalidade. São distinguidos três tipos: *inerente*, *objetiva*, *epistemológica*. A *modalidade inerente* refere-se a todos os meios pelos quais o falante caracteriza a relação entre um participante e o estado de coisas, bem como a possível realização desse estado de coisas; a *modalidade objetiva* expressa a avaliação do falante sobre a verdade de um estado de coisas de acordo com o seu conhecimento; e a *modalidade epistemológica* expressa o comprometimento do falante com a verdade da proposição.

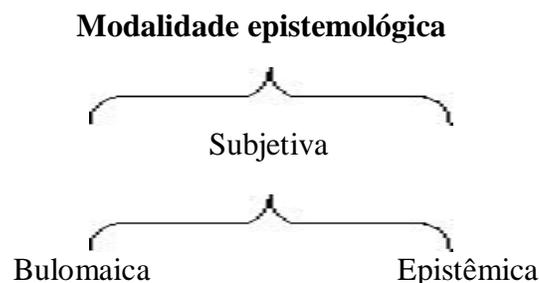
Tratando da modalidade inerente, Dik (1989) afirma que ela marca as distinções que definem as relações entre o participante e o ato de fala. Essas distinções podem expressar habilidade, obrigatoriedade ou permissão. Esse tipo de modalidade faz parte da estrutura interna da predicação, pertencendo portanto ao nível 1.

Tratando da modalidade objetiva, Hengeveld (1988, p. 234) e Dik (1989) afirmam que podem ser identificados dois tipos de conhecimento: i) conhecimento da possibilidade da situação de acordo com a concepção do falante sobre a verdade ou hipoteticidade da situação; ii) conhecimento da possibilidade de situações reais condicionadas por alguma convenção moral, legal ou social. A essa distinção de conhecimento são dados os “rótulos” *epistêmico* e *deôntico*, respectivamente. Quanto ao nível de operação da modalidade objetiva, Hengeveld (1988) afirma que ela opera no nível da predicação, e, portanto, pertence ao nível 2.

De acordo com Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989) a modalidade epistemológica pertence ao nível em que se encontram todas as distinções modais que indicam o compromisso do falante com a verdade da proposição. Entre essas distinções modais podem-se citar a) *modalidade subjetiva*, pela qual o falante toma para si a responsabilidade do conteúdo da proposição, e mostra o quão certo ele está sobre a verdade desse conteúdo (se ele pessoalmente considera certo, (im)provável ou (im)possível); b) *modalidade evidencial*, pela qual o falante expressa a sua avaliação da qualidade da proposição e evidencia o modo como a obteve (inferência, experiência, relato de terceiros). Uma vez que essas modalidades se relacionam com a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional, elas pertencem ao nível proposicional (DIK, 1989, p. 205).

Hengeveld (1988) ainda considera outro tipo de modalidade, a *bulomaica*, que expressa desejo ou vontade, indicando assim o comprometimento “emocional” do falante. O domínio a que pertence a modalidade bulomaica é o da modalidade subjetiva. Tem-se assim que a modalidade epistemológica abriga a modalidade subjetiva, que, por sua vez, abriga a modalidade epistêmica, que pode expressar certeza, possibilidade, probabilidade. Essa relação de domínios pode ser vista no seguinte esquema:

Figura 1: A modalidade epistemológica



A modalidade objetiva epistêmica, a modalidade objetiva deôntica, a modalidade subjetiva epistêmica, a modalidade bulomaica e a modalidade evidencial podem ser ilustradas, respectivamente, com os seguintes exemplos de Hengeveld (1988), adaptados para a língua portuguesa:

a) *É biologicamente possível que eles tenham filhos de olhos azuis.*

Dado o conhecimento da cor dos olhos do casal, o falante assevera o conteúdo da proposição.

b) *Não se deve fumar neste restaurante.*

Tendo o falante o conhecimento de que em ambientes fechados é proibido fumar, por tratar-se de uma convenção social, com regras estabelecidas, e vendo o seu interlocutor prestes a acender um cigarro, o falante é conduzido a afirmar o conteúdo de *b*.

c) Acredito ser biologicamente possível que eles tenham filhos de olhos azuis.

A fonte da informação é o falante. O conteúdo proposicional afirmado passou, pois, pelo conhecimento de mundo do falante. Nesse caso não cabe o questionamento da fonte da informação, visto que ela está explícita no próprio enunciado.

d) Parece que as coisas vão melhorar, ouvi a notícia de que os salários serão liberados.

O questionamento sobre a fonte da informação pode ser feito, pois o falante não indica a fonte da informação contida no enunciado. Por ter ouvido a notícia de que os salários seriam liberados, o falante infere que as coisas vão melhorar, ou seja, dados certos transtornos causados pela falta de dinheiro, os salários liberados iriam resolvê-los. Tem-se aqui um tipo de evidencialidade inferencial.

Dentre esses tipos de modalidade apresentados, a condicional *se (eu) não me engano* apresenta um comportamento funcional bem semelhante ao tipo exemplificado em *c*, como se nota na ocorrência:

- *se não me engano é na Semana Santa que eles têm uma semana inteira de, de (...)* (D2-RS: 283)

É evidente que o falante exprime a sua incerteza sobre o conteúdo proposicional de *é na Semana Santa que eles têm uma semana inteira de, de (...)*. Portanto, de acordo com a tipologia das modalidades estabelecida por Hengeveld (1988, 1989), a expressão *se não me engano* ilustra um caso de modalidade subjetiva epistêmica (como foi mostrado), e condiz com a impossibilidade de questionamento da fonte da informação já que essa fonte está marcada evidencialmente na própria estrutura do segmento modalizador. Ademais, esse tipo de construção se limita ao momento da fala.

Também de base funcionalista, estudos da manifestação da modalidade em língua portuguesa (GONÇALVES, 2003; DALL'AGLIO-HATTNER, 1995, DALL'AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001; NEVES, 1999; GALVÃO, 2001) mostram que a modalidade epistêmica atua sobre duas instâncias: a) predicação (na sua função representacional), b) proposição (em sua função interpessoal). Desse modo

“ao situar a qualificação epistêmica no nível da predicação, o falante se furta à responsabilidade sobre o valor de verdade de seu enunciado. Inversamente, ao situar a qualificação epistêmica no nível da proposição, o falante assume, com diferentes graus de adesão, seu enunciado” (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995, p.92).

Nesse sentido, pode-se avaliar o grau de comprometimento do falante de acordo com o nível em que atua o modalizador. Também a (não) revelação da fonte da informação contida na proposição define o grau de comprometimento do falante com a veracidade do conteúdo proposicional (DALL'AGLIO-HATTNER, 2007, p.75).

Outros trabalhos que também partem de uma estruturação do enunciado em camadas para a explicação da modalidade são os de Nuyts (1992, 1993, 2000). Nesses trabalhos a modalização epistêmica é definida como uma avaliação a respeito das chances de um certo estado de coisas ocorrer (ou estar ocorrendo, ou ter ocorrido) em algum mundo possível. Diferentemente de Dik (1989) e Hengeveld (1988, 1989), Nuyts não restringe a análise da 'subjatividade' e da 'objetividade' ao âmbito da modalização epistêmica. Como se verá na parte (2.) deste trabalho, Nuyts (2001) relaciona o 'valor' de subjatividade à dimensão da evidencialidade, o que significa dizer que ele não considera, como consideram Hengeveld e Dik, o subtipo modal "evidencial". O fato de o autor não abrigar esse último subtipo de modalidade não significa dizer que ele despreza os valores expressos pela qualificação evidencial; o que ocorre é que o autor analisa esses valores dentro da evidencialidade. Dessa forma, uma expressão pode apresentar valor epistêmico, valor subjetivo e valor evidencial, sem que esses valores sejam excludentes. Esse tema está mais bem tratado na parte 2, pois o seu estudo requer uma apresentação prévia do domínio da evidencialidade e de suas relações com a subjatividade e com a modalidade.

Outro estudo da modalidade que cabe ser mencionado é o de Givón (1995), no qual ele afirma que o papel desempenhado pela modalidade é indicar a atitude proposicional do falante. Para o autor, a modalidade pode expressar: a) uma atitude epistêmica, que se relaciona com a verdade, crença, probabilidade, certeza, evidência; b) uma atitude valorativa, que se relaciona com conveniência, preferência, intenção, capacidade, obrigação, manipulação (GIVÓN, 1995, p.112). O autor define a modalidade epistêmica a partir de uma "atitude" do falante em relação ao seu enunciado. Assim como os autores já discutidos até este ponto do trabalho, Givón atribui à modalidade epistêmica a qualidade que ela tem de ser uma expressão de (in)certeza, crença, probabilidade, evidência.

Outro autor que, sustentado por uma teoria funcionalista, contribuiu para os estudos da modalidade foi Halliday, que contempla o caráter de instrumento de interação que tem a modalidade, e a define como "o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigações envolvidas naquilo que ele está dizendo" (HALLIDAY, 1985, p.75).

Em Halliday (1970) a modalidade é considerada como uma forma de participação do falante em um evento de fala. Dessa forma o falante indica, dentro de uma tese, o estatuto de validade do seu próprio julgamento. No mapeamento das características da modalidade, Halliday (1970) a toma como um elemento ligado a uma das três funções básicas, aquela que estabelece as relações sociais e a participação do indivíduo em todos os tipos de interação. Ela compõe com outras duas uma proposta “funcionalista” particularmente relevante do autor, que é este complexo funcional da linguagem:

- a) Função *ideacional*: a linguagem serve para a manifestação do “conteúdo”, isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência.
- b) Função *interpessoal*: a linguagem serve para estabelecer e manter relações sociais, incluindo os papéis comunicativos criados pela própria linguagem.
- c) Função *textual*: a linguagem serve para possibilitar o estabelecimento de vínculos com ela própria e com as características da situação em que é usada.

A partir dessas três funções da linguagem, Halliday defende que a modalidade deriva da função interpessoal: “a linguagem como expressão de um papel” (HALLIDAY, 1970, p. 335). Assim a modalidade seria um dos meios pelos quais o falante se posiciona, conhecido como o “comentário do falante”, o qual é, por sua vez, um complexo sintático que constitui o componente interpessoal ou “papel social” dentro da linguagem.

Em Halliday (1985), o autor não mais considera que a modalidade derive da função interpessoal da linguagem, e defende a tese de que a frase é simultaneamente mensagem e evento de interação, atuando juntas as funções ideacional e interpessoal. A partir disso, ele afirma que a modalidade é uma zona de significação intermediária às polaridades positiva e negativa, tendo, como pontos intermediários entre o “sim” e o “não”, os graus de probabilidade e os graus de habitualidade.

Dos estudos de Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), Nuyts (1992, 1993, 2000, 2001) e Halliday (1970, 1985) pode-se fazer algumas indicações importantes para a análise da condicional *se (eu) não me engano*:

- 1) A modalidade epistêmica não é uma dimensão neutra em termos de tomada de posição, ao contrário, ela é a própria impressão de marca de julgamento do falante sobre o enunciado.
- 2) À dimensão da modalidade epistêmica estão associados os valores de subjetividade e evidencialidade.

Outra face do exame a que aqui se procede, encaminha, a seguir, para um estudo particular da questão da subjetividade.

1.2.3 A subjetividade nos estudos de modalidade

A subjetividade é analisada por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989) dentro do campo da modalidade. A subjetividade caracterizaria o tipo de modalidade em que há um compromisso do falante sobre o conteúdo da proposição e sobre seu grau de certeza com relação ao conteúdo proposicional. Nesse sentido, a modalidade epistêmica subjetiva envolve um palpite puramente subjetivo sobre a verdade de um estado de coisas enquanto a modalidade objetiva expressa uma chance mensurável desse estado de coisas ser verdadeiro ou não.

Esses dois subtipos da modalidade (objetiva e subjetiva) já foram tratados na seção 1 desta dissertação, mas cabe apresentar cinco critérios⁴ apontados por Hengeveld (1988) para resumir as diferenças entre eles:

- (i) “As predicacões objetivamente modalizadas podem ser questionadas, as proposições subjetivamente modalizadas não podem.
- (ii) As predicacões modalizadas objetivamente podem ser hipotetizadas em uma sentença condicional, as proposições subjetivamente modalizadas não podem.
- (iii) A modalidade subjetiva pode ser formulada somente em termos positivos, a modalidade objetiva pode ser formulada em termos positivos e negativos.
- (iv) A modalidade subjetiva é limitada ao momento da fala, a modalidade objetiva não, por isso somente esta tem a referência temporal.
- (v) Em reação a uma predicacão modalizada objetivamente, a origem da informação contida na predicacão pode ser questionada” (HENGEVELD, 1988, p. 236-237)

Discordando de Hengeveld (1988, 1989) e de Dik (1989), Nuyts (2001) diz que a subjetividade é mais que um subtipo da modalidade, ela é uma dimensão semântica que independe da modalidade. Para defender seu ponto de vista, o autor parte do princípio de que a subjetividade pode estar presente em outras expressões que não são modais. De todo modo, essa categoria interfere nos enunciados aqui em exame.

De acordo com Nuyts (2001), a distinção entre modalidade subjetiva e objetiva feita por Dik e Hengeveld parte de questões intuitivas, por isso ele argumenta a favor de uma análise que seja menos intuitiva. Uma das críticas do autor está relacionada com o tipo de

⁴ Tradução própria. (i) Objectively modalized predications can be questioned, subjectively modalized ones cannot. (ii) Objectively modalized predications can be hypothesized in a conditional sentence, subjectively modalized ones cannot. (iii) Subjective modality can be formulated in positive terms only. Objective modality can be formulated in both positive and negative terms. (iv) Subjective modality is bound to the moment of speaking, objective modality is not. (v) In reaction to an objectively modalized predication the source of the information contained in the predication may be questioned.

teste feito para verificar se uma modalidade é objetiva ou subjetiva. O teste verifica se a fonte da informação pode ser questionada ou não: em caso positivo, a modalidade é objetiva; caso não possa ser questionada, a modalidade é subjetiva, como se vê no exemplo a seguir, adaptado de Hengeveld (1988):

- A: É possível que chova amanhã.
- B: Quem disse isso?

A possibilidade de a fonte da informação ser questionada leva a que o modalizador “é possível” seja analisado dentro da modalidade objetiva.

Para Nuyts (2001), entretanto, essa ligação da dimensão da subjetividade a expressões que indicam modalidade epistêmica, oferecida por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), não é clara e convincente. Para ele, o grande problema é que esses autores partem do pressuposto de que a subjetividade é inerente à dimensão epistêmica, e algumas vezes vêm essa ligação em lugares onde ela não existe. Outra crítica de Nuyts diz respeito à possibilidade de um mesmo enunciado ser analisado como modalizado objetivamente ou subjetivamente, como se expõe no comentário que se faz a seguir desta frase⁵:

- *Alfred pode não ser casado.*

Nuyts (2001) diz que pode haver uma chance matematicamente calculável de Alfred não ser casado (modalidade objetiva) e pode haver a indicação de que o falante está simplesmente incerto sobre o fato (hipotético) de que Alfred não é casado (modalidade subjetiva). Nuyts não discorda de que haja essas duas possibilidades de interpretação, mas, para ele, essa distinção é decorrente das diferentes origens da informação e não dos diferentes tipos de modalidade.

Para o autor qualquer declaração sobre uma possível verdade tem base em algum conhecimento. O julgamento sobre uma verdade depende do quanto se conhece sobre o que se está falando; logo, todo conhecimento e, por consequência, todo julgamento é baseado em algum tipo de evidência. Para o autor, o que pode variar é a qualidade ou a natureza de uma evidência usada para se fazer um julgamento epistêmico, mas sem evidência não há juízo. Sendo assim, uma avaliação pautada em evidências mais confiáveis, faz dela uma avaliação “objetiva”, enquanto uma evidência de cunho duvidoso faz dela uma avaliação “subjetiva”. Nuyts (2001) sugere, ainda, que a questão da objetividade seja analisada em relação à acessibilidade da informação: se mais pessoas, além do falante, têm acesso àquela informação, então ela é intersubjetiva.

⁵ Exemplo retirado de Nuyts (2001, p. 385) adaptado para o Português.

No tratamento da subjetividade estão em jogo dois tipos de dimensões semânticas (relacionadas entre si). Por um lado, está envolvida a avaliação epistêmica do falante e, por outro lado, está a avaliação do falante em relação à qualidade da evidência da qualificação, ou seja, está envolvida a evidencialidade. Para Nuyts (2001), se assim for, o que está envolvido não são dois tipos de modalidade epistêmica, mas sim uma interação da qualificação epistêmica com uma qualificação evidencial. Esse ponto do trabalho de Nuyts apresenta-se como um bom aparato teórico para afirmar que na condicional *se (eu) não me engano* estão envolvidos dois tipos de qualificação: a) qualificação evidencial (fonte da evidência – *eu*); b) qualificação modal epistêmica (é possível que, ao enunciar uma proposição, o falante esteja em dúvida sobre a sua validade).

Ao afirmar que a subjetividade independe da modalidade, o autor contraria as propostas clássicas que analisam a dimensão da subjetividade como dependente da dimensão da modalidade. Para afirmar o seu ponto de vista, ele faz uma reflexão linguística, regrada por alguns parâmetros⁶, sobre a dimensão da subjetividade em expressões epistêmicas adverbiais e adjetivas, em verbos auxiliares modais e em predicados de estados mentais do holandês e do alemão.

Com base em estudos feitos em língua inglesa e em línguas faladas na Europa Ocidental, Nuyts (2001) afirma que o alcance da subjetividade vai além do alcance da modalidade, uma vez que existem outras formas de expressões subjetivas que não carregam valor modal, como por exemplo: *in my view/opinion/mind, if you ask me, to me, etc.* Para o autor essas expressões indicam que o falante está oferecendo informações sobre um estado de coisas (estritamente subjetivo) sem a presença de qualquer outra expressão de qualificação no enunciado (epistêmica, deôntica, ou de qualquer outro tipo).

Logo, se a dimensão da subjetividade pode ocorrer independentemente da qualificação epistêmica, ela é uma dimensão semântica separada, independente da dimensão modal. Nuyts (2001) também assegura que nem toda expressão modal é marcada em termos de subjetividade. Essa afirmação é feita com base em conclusões de análises feitas pelo autor. Essas análises mostraram que:

- a) Os advérbios modais são essencialmente neutros em termos de subjetividade, pois em contextos específicos eles podem envolver uma avaliação subjetiva ou não-subjetiva.

⁶ Entre esses parâmetros está caracterizar a acessibilidade da informação: se está disponível somente para o falante ou para um grande grupo de pessoas.

- b) As expressões adjetivas que expressam modalidade epistêmica têm a dimensão da subjetividade sistematicamente envolvida. Na verdade, a construção adjetiva pode expressar um dos dois pólos, dependendo da forma da construção.
- c) Os predicados de estados mentais expressam, sistematicamente, subjetividade. Esse tipo ocorre predominantemente e tipicamente em contextos nos quais o falante exprime a sua opinião pessoal sobre temas relativos às suas experiências pessoais.
- d) Os auxiliares modais são neutros em termos da dimensão da subjetividade uma vez eles apenas recebem uma interpretação (não)subjetiva quando o contexto impõe, mas a maioria das ocorrências parecem perfeitamente neutras nesses termos, exatamente como os advérbios.

Merecem uma atenção maior neste trabalho as observações feitas por Nuyts (2001) sobre os predicados de estados mentais. O autor ilustra com duas ocorrências da língua falada do alemão o que corresponderia a esse tipo de expressão, como se vê na tradução⁷ feita para o português:

- a) *Mas eu acho que em acreditar há altos e baixos também, porque, para mim, acreditar tem tudo a ver com vida e vice-versa.*
- b) *Agora que eu contradigo bem fundamentalmente. Você poderia organizar milhares de reuniões com aqueles que são contra isso. Você não mudaria completamente suas declarações de "ausente". Eu acho que você deve ver isso.*

O fato de os predicados de estados mentais serem inerentemente subjetivos mostra que em tais usos os falantes estão absolutamente certos (ou convencidos) do que estão dizendo, mas usam os predicados de estados mentais para sugerir que o que eles falam pode estar comprometido com a verdade (NUYTS, 2001). Por haver a possibilidade de estarem errados, os falantes deixam espaço para a opinião de outra pessoa ou para uma reação por parte do ouvinte. Nuyts (2001) observa ainda que os contextos que favorecem o uso desse tipo de expressão são aqueles que relacionam temas de experiências individuais e visões antagônicas do falante e do ouvinte sobre um mesmo assunto.

Pode-se notar alguma semelhança entre a condicional em estudo e o tipo de predicado de estado mental analisado pelo autor, principalmente no que tange o tipo de contexto de uso.

⁷ Tradução própria. Segue o original em inglês:

- (1) but I think that also in believing there are ups and downs, because to me believing has everything to do with life and vice-versa.
- (2) 'Now that I contradict very fundamentally. You could organize a thousand meetings with those who are against it. You wouldn't at all change their saying "not here". I think you have to see that.

Como se vê, o predicado de estado mental mostrado por Nuyts (2001) nessas duas ocorrências, equivale em português a *eu acho*. Quando um falante usa a condicional *se (eu) não me engano* ele não está completamente certo do que vai dizer, assim como o faz quando usa *eu acho*. Nesses dois usos o falante se descompromete da verdade e deixa espaço para ser refutado por seu interlocutor⁸. Observa-se que a expressão *se (eu) não me engano* não equivale ao tipo de uso de *eu acho* (opinativo) analisado pelo autor, mesmo se tratando de uma expressão que tem em sua constituição um verbo de estado mental (enganar). Como se verá nas análises, *se (eu) não me engano* se aproxima do valor de *eu acho* em seu uso epistêmico.

Tudo o que se disse até aqui precisa de um tratamento mais detalhado, pelo fato de a modalidade estar intimamente ligada à evidencialidade. Para Bybee e Fleischamn (1995, p.4), a modalidade epistêmica pode ser vista como superpondo-se a outra categoria gramatical, principalmente a evidencialidade. Esse entendimento não é o de Nuyts (1992, 1993, 2001), que considera a evidencialidade como uma categoria independente da modalidade epistêmica, e situada em uma camada superior à dessa modalidade.

Como se verá, neste trabalho é considerado que toda modalidade implica uma evidencialidade, e por isso, a próxima seção dedica-se ao tratamento da evidencialidade.

⁸ Ver parte 6.8 que trata do uso interativo do *se eu não me engano*.

2 O ACESSO À FONTE DE INFORMAÇÃO: AVALIAÇÃO DE SE (EU) NÃO ME ENGANO SOB A ÓTICA DA EVIDENCIALIDADE

Em consonância com a posição tomada por diversos autores que estudam a língua portuguesa em uso, e se dedicaram ao estudo da modalidade (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995, 2007; DALL'AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001; GONÇALVES, 2003; NEVES, 1997, 2000, 2002), entende-se aqui que uma investigação do (des)comprometimento do falante só se faz completa com a análise das relações da evidencialidade com a modalidade.

Nem todas as línguas apresentam um mesmo sistema evidencial. Em algumas línguas as mesmas formas que marcam a fonte da informação também podem marcar a atitude do falante em relação à confiabilidade dessa informação. É nesse caso que está o português. Gonçalves (2003), reconhecendo a estreita relação entre modalização epistêmica e (os tipos de) evidencialidade, propõe um equacionamento em forma de esquema (de natureza escalar) que reflete o fato de o falante poder assegurar sua afirmação a partir da mais alta evidência de que dispõe. Segue o quadro:

Quadro 2 Equacionamento entre evidencialidade e modalidade epistêmica

EV Direta Atestada (visual, auditiva, de outros sentidos)	EV Indireta Relatada (de segunda ou de terceira mão, mitos)	EV Indireta Inferida (de eventos causativos ou de raciocínio)
Certeza ← → Posibilidade, probabilidade		

Fonte: Gonçalves (2003, p.89).

O quadro reflete, do ponto de vista do falante, as escolhas que ele faz de elementos evidenciais que dão sustentação ao conhecimento refletido em seu enunciado. Quanto à confiabilidade desse conhecimento, a evidencialidade inferida pode ser vista como fonte mais confiável do que a evidencialidade indireta relatada.

Considerando que os elementos evidenciais indicam o tipo de evidência disponível para o falante marcar seu enunciado como confiável ou não, cabe a ele a escolha do uso ou não de recursos que indiquem a fonte da informação transmitida pelo seu enunciado, conforme os seus interesses comunicativos. Ao ouvinte cabe avaliar por si mesmo a confiabilidade da informação do enunciado. Caso o falante opte por utilizar recursos

evidenciais que marcam a fonte da informação, a avaliação feita pelo ouvinte é condicionada pelo tipo de evidência apresentada pelo falante, que pode ser de diferentes naturezas: relato de terceiros, percepção auditiva ou visual, inferência ou suposição do próprio falante. No caso em que o falante opta por não revelar a fonte da informação do seu enunciado, ele pode apresentar a informação como compartilhada, pertencente ao domínio comum (GONÇALVES, 2003).

No que diz respeito à constituição do enunciado em camadas, proposta por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), a modalidade é categoria que abrange a evidencialidade, sendo portanto uma categoria superior a ela. Nessa visão, a evidencialidade e a modalidade subjetiva estão na mesma camada (ambas como parte da modalidade epistemológica, como já se mostrou na seção anterior deste trabalho). Para a orientação funcionalista a que se filiam os autores, as marcas evidenciais são os meios pelos quais o falante especifica a fonte da informação contida em seu enunciado.

São de posicionamento diferente de Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), os autores Van Valin e Lapolla (1997), e Nuyts (1992, 1993). Para eles é a qualificação evidencial que determina a qualificação epistêmica, e, desse modo, a evidencialidade está situada em uma camada imediatamente superior à da modalidade epistêmica. Em Nuyts (2000, 2001) não há uma explicitação quanto à sobreposição de uma qualificação a outra, mas é defendido que evidencialidade e modalidade são dimensões diferentes e relacionadas entre si.

Para Nuyts (1993), todo julgamento modal está necessariamente baseado em uma evidência, o que pode variar é a qualidade da evidência que se tem, mas “sem evidência, nenhuma avaliação de um EC é possível – “pode-se, então, simplesmente dizer que não se sabe” (NUYTS, 1993, p. 946).

Tendo como ponto de discussão os olhares divergentes sobre a hierarquia da modalidade e da evidencialidade, Dall’Aglio-Hattner *et al.* (2001) afirmam que “as análises dos enunciados epistemicamente modalizados feitas por Hengeveld e Nuyts, ainda que de naturezas diferentes, não são excludentes” (DALL’AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001, p.116).

Os trabalhos em língua portuguesa que se dedicaram ao tratamento da inter-relação da modalidade com a evidencialidade compartilham das ideias de Nuyts (1992, 1993). Gonçalves (2003) afirma que a evidencialidade é de fato uma dimensão semântico-pragmática e cognitivamente superior à modalidade epistêmica. O autor afirma que o que leva à fusão das duas categorias é o fato de, em algumas línguas, como o português do Brasil, não existirem recursos gramaticais claros que permitam diferenciar uma categoria da outra, em contraposição a línguas que marcam gramaticalmente essas duas categorias. Também

concorda com a proposta de Nuyts (1992, 1993) o estudo de Dall’Aglio-Hattnher (1995). A autora afirma, que, por ter admitido que a modalidade epistêmica está dentro do âmbito de incidência da evidencialidade, a descrição da modalidade pôde ser feita de uma forma menos fragmentária nesse seu trabalho. Também compartilhando das ideias de Nuyts (1993) está Galvão (2001), para quem

“A evidencialidade qualifica um estado de coisas, mas também atinge a qualificação modal: o falante indica qual a base de sua avaliação epistêmica (...) Isso significa dizer que a qualidade da evidência pode variar, mas sem evidência não se pode avaliar um estado de coisas, pode-se simplesmente dizer que não se tem conhecimento, que não se sabe. Significa também reconhecer que as qualificações modais epistêmicas sempre envolvem a estimativa ou a avaliação do falante sobre a possibilidade de um EC ocorrer no mundo, ou não, mas que essas qualificações são sempre acompanhadas por uma indicação da evidencialidade” (GALVÃO, 2001, p.66).

Em Dall’Aglio-Hattnher *et al.* (2001, p.138) assenta-se a hipótese de que há um momento de sobreposição dos conceitos *epistêmico* e *evidencial*, ou seja, há “manifestações epistêmicas baseadas em evidências (MEEv) e manifestações puramente evidenciais (EV), que não envolvem, necessariamente, uma avaliação do falante acerca do que ele assevera da proposição”. O *cline* proposto pelos autores a partir dessa consideração é o seguinte:

$$MD > ME > MEEv > EV$$

(Modalidade Deontica > Modalidade Epistêmica > Modalidade Epistêmica + evidencial > Evidencial).

A partir desse *cline* os autores sistematizaram a definição de cada um desses conceitos de acordo com o nível do enunciado em que cada modalidade atua e a função sintática que cada forma exerce. Os exemplos deixam bem claro a proposta feita pelos autores. Segue o quadro

Quadro 3: A relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade

Definição		Nível	Função	Forma	Exemplos
Expressar valores de permissão, obrigação e volição que envolvem algum tipo de controle extrínseco sobre eventos	MD	Predicação	Operadores π_2	auxiliares	FHC <i>deve</i> buscar uma solução para a crise
Expressar o estatuto de realidade de um estado de coisas	ME	Predicação	Operadores π_2	auxiliares	FHC <i>deve</i> buscar uma solução para a crise
			Predicados encaixadores	adjetivos	É possível que FHC busque uma solução para a crise.
Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	ME	Proposição	Predicados encaixadores	nomes	Tenho a impressão de que FHC buscará uma solução para a crise.
	ME			adjetivos	Estou certo de que FHC buscará uma solução para a crise.
	MEEv			verbos	Acho que FHC buscará uma solução para a crise
	MEEv			Satélites π_3	advérbios
Indicar a fonte do saber a partir da qual o falante faz sua avaliação	EV	EV	Predicados encaixadores	verbos	Dizem que FHC buscará uma solução para a crise. A Folha diz que FHC buscará uma solução para a crise.
	EV				Constituintes Extra-frasais

Fonte: Dall’Aglio-Hattner *et al.* (2001, p. 140).

Essa conjugação dos conceitos de *evidencialidade* e de *modalidade* nas análises de dados do português mostra-se neste trabalho um instrumento para o exame do comportamento funcional da condicional *se (eu) não me engano*. De acordo com a categorização do quadro

apresentado, a condicional *se (eu) não me engano* expressa “o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição”. No que diz respeito ao nível em que atua a modalização, confirma-se aqui o que já foi dito quando se apresentou a estruturação do enunciado em camadas: *se (eu) não me engano* atua no nível da proposição e seu comportamento sintático é de satélite. Por se tratar de uma oração modalizadora não se pode dizer que *se (eu) não me engano* está atuando como um advérbio, mas nota-se que o seu comportamento é bastante semelhante ao de uma adverbialização modalizadora, principalmente por sua grande mobilidade sintática⁹ dentro da estrutura do enunciado.

A manifestação epistêmica (de dúvida sobre o valor de verdade da proposição), baseada em uma evidência (no caso de *se (eu) não me engano*, o conhecimento do próprio falante), sustenta a inserção da condicional em estudo entre o campo evidencial e o epistêmico, portanto aqui considerado um MEEv. Este trabalho, no entanto, não se detém na questão de definir se a evidencialidade é superior à modalidade ou se a modalidade é superior à evidencialidade. Considera-se que modalidade e evidencialidade são dimensões semânticas relacionadas, não podendo existir modalização sem evidencialidade (NUYTS, 2001).

Como se pôde perceber até agora, a marcação da fonte da informação tem grande importância no que diz respeito aos efeitos pragmáticos do enunciado, pois, se o falante sugere que apenas ele teve acesso à evidência a partir da qual conclui, ele assume uma responsabilidade estritamente pessoal para a qualificação modal (DALL’AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001). A afirmação de Dall’Aglío-Hattner (2007) de que a expressão da evidencialidade em língua portuguesa não é obrigatória sustenta ainda mais o argumento de ser a evidencialidade uma estratégia discursiva, podendo o falante, com ela, marcar a confiabilidade de seu enunciado ou se redimir da responsabilidade veiculada. Desse modo: “A avaliação epistêmica é feita a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui. Ocorre, porém, que esse conjunto de informações pode ou não ser explicitado pelo falante, segundo as intenções comunicativas” (DALL’AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001, p. 116).

Com base no que já foi exposto sobre evidencialidade, e admitindo que um julgamento (modal) se baseia em alguma evidência, analisam-se aqui duas ocorrências da expressão que é objeto do estudo (*se eu não me engano*).

Como se viu na seção anterior, que tratou da questão da subjetividade, para Nuyts (2001) a evidencialidade é a dimensão que abrange a subjetividade e está intimamente

⁹ Ver parte 6.2 da análise dos dados.

relacionada com a modalidade. E é a essa proposta de análise de Nuyts (2001) que este trabalho se filia para a investigação da modalidade, da evidencialidade e da subjetividade.

Analisa-se neste ponto do trabalho três ocorrências, a primeira foi retirada do *corpus* de língua falada, de um diálogo entre dois informantes (L1 e L2), e as outras duas foram retiradas de trechos de diálogos de romances. Segue a primeira ocorrência:

(1) *L1 de borracha*

L2 ...de borracha, de látex

L1 e se eu não me engano, ainda continua aquele mesmo processo primitivo, não é? da pessoa fazer o talho na...

L2 não sei dizer, é possível (SUPERP)

L1 seringueira, coloca a bacia em baixo para... (D2-BA: 95)

Nessa ocorrência o falante L1 marca-se como o sujeito da dúvida do conteúdo da proposição (*ainda continua aquele mesmo processo primitivo*), e assim modaliza o enunciado epistemicamente. No que diz respeito à evidencialidade, nota-se que pelo menos L1 tem acesso à(s) evidência(s) que lhe permite(m) enunciar essa proposição. Observa-se também que L1 considera a possibilidade de seu interlocutor (L2) ter acesso às mesmas evidências que ele tem, e isso está indicado no uso do marcador discursivo *não é?*. Devido ao seu valor interacional no enunciado, esse marcador convida o interlocutor (L2) a concordar com o que se enuncia, ou discordar disso, e dessa forma o faz admitir que ele tem ou não acesso às mesmas evidências que L1.

A segunda ocorrência manifesta a evidencialidade de outra forma:

(2) *Também sabias? Nunca se soube dela? Me lembro do rebuliço da rua quando ela desapareceu no mar. Minha mãe chamava a tua mãe de Marianinha. Se não me engano, vi uma vez um retrato dela. Parecia contigo. (LI-R)*

Nessa ocorrência, o falante também se marca como sujeito da dúvida da proposição (*vi uma vez um retrato dela*), mas, diferentemente da primeira ocorrência analisada, a evidência está disponível apenas para o falante. O que permite afirmar isso é que o sujeito sintático da oração condicional, ou seja, o sujeito da dúvida (*se eu não me engano*) e o sujeito sintático da oração principal são o mesmo. Em outros termos, o falante marca que está em dúvida quanto ao fato de ele ter visto ou não o retrato de Marianinha, ou seja, quanto a um fato experienciado por ele mesmo.

Outra ocorrência encontrada no *corpus*, na qual o sujeito da oração principal e o sujeito da oração condicional (sujeito da dúvida) são o mesmo, mas que é diferente em termos de evidencialidade, é a seguinte:

(3) *E depois dum silêncio: -É exato que falamos ainda há pouco desses cem mil réis. Se não me engano mesmo, parece que lhe prometi ir me entender com Mister Rees. Mas não dou certeza... Não me lembro bem do caso. . . Naziazeno não tem o que retrucar.* (RA-R)

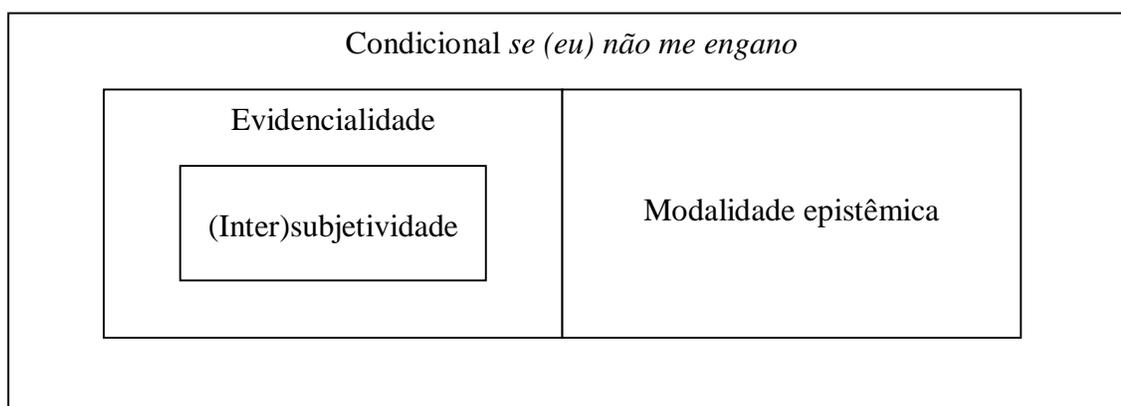
Nessa ocorrência, a condicional *se não me engano* coloca em dúvida a veracidade da proposição *lhe prometi ir me entender com Mister Rees*. No que toca a questão da evidencialidade, diferentemente da segunda ocorrência, em que o “sujeito” da dúvida e o da oração principal são o mesmo, e a evidência está disponível apenas para o falante, nessa terceira ocorrência o “sujeito” da dúvida e o da oração principal são o mesmo, mas a evidência está acessível ao falante e ao ouvinte (o falante prometeu ao ouvinte ir se entender com Mister Rees). O uso de outras expressões de dúvida (*parece que, mas não dou certeza, não me lembro bem do caso*) mostram uma preocupação do falante em se proteger quanto às possíveis objeções por parte do ouvinte, uma vez que este também compartilha o conhecimento.

Analisa-se, neste ponto do trabalho, essas três ocorrências a partir da consideração de Nuyts de que “a dimensão da subjetividade deve ser definida em termos da questão de saber se as evidências (e a conclusão a que se chega a partir delas) só estão disponíveis para o falante ou são um pouco mais amplamente conhecidas (incluindo o ouvinte)” (NUYTS, 2001, p. 399).

A primeira ocorrência analisada (1) apresenta, em termos de qualificação evidencial, a indicação de que, além do falante, o ouvinte também pode ter acesso às evidências que permitem a *LI* enunciar uma proposição e julgá-la como (não)certa ou (não)confiável. Em 2, assim como em 1, o falante assume uma responsabilidade estritamente pessoal para a qualificação epistêmica, mas em 2, diferentemente do que ocorre em 1, o falante se marca como o único conhecedor das evidências disponíveis (o que caracteriza a subjetividade para Nuyts). Em 3 o falante assume uma responsabilidade pessoal para a qualificação epistêmica expressa pela condicional *se não me engano*, e reforça essa qualificação com o uso de outras expressões indicadoras de dúvida (como já foi mostrado). No que diz respeito à manifestação evidencial, 3 é diferente de 1 e 2, pois em 3 o ouvinte também tem acesso à evidência em que o falante se baseia para fazer a qualificação epistêmica (o que caracteriza a dimensão evidencial intersubjetiva).

Desse forma, analisada a partir das considerações de Nuyts (2001), pode-se propor para a condicional *se (eu) não me engano* o seguinte esquema:

Figura 2: A relação entre evidencialidade, subjetividade e modalidade epistêmica.



Fonte: Elaboração própria.

Mostra-se, com a representação desse esquema, a proposta assumida para as análises dos dados (seção 6). Parte-se da hipótese de que a evidencialidade e a modalidade epistêmica são dimensões semânticas independentes e não excludentes. Essa opção foi feita justamente porque a evidencialidade (como estudada aqui) é vista como uma qualificação adicional à modalidade. Em consonância com Nuyts (2001) considera-se que a questão da modalidade epistêmica e da evidencialidade é uma questão de como o falante apresenta a situação e não de como ela “realmente é”.

3 UMA AVALIAÇÃO DO VALOR CONDICIONAL DO SEGMENTO *SE (EU) NÃO ME ENGAÑO*

Nesta seção, a partir do estudo sobre condicionalidade realizado por Sweetser (1990), discute-se o comportamento condicional do segmento *se (eu) não me engano*. Avalia-se, a partir dos pontos de vista sintático e semântico, até que ponto o segmento em estudo apresenta as características de uma condicional. Essa avaliação busca descobrir o que permite que uma condicional atue como um modalizador epistêmico. A hipótese que se tem é a de que o segmento em estudo não tem um comportamento condicional prototípico.

Costuma-se caracterizar as orações condicionais pela existência de uma hipótese a ser verificada. Entretanto existem condicionais que se afastam dessa prototípia, e esta é uma das questões de que trata este trabalho.

Entre as construções condicionais prototípicas¹⁰ podem ser identificados três grandes grupos de construções ligadas a uma oração condicionante: a) **factuais** – dada a realização/factuality de uma oração condicionante, segue-se necessariamente a realização/factuality da oração condicionada; b) **contrafactuais** – dada a não realização/a não-factuality de uma oração condicionante, segue-se necessariamente, a não-realização/a não-factuality da oração condicionada; c) **eventuais** – dada a potencialidade de uma oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada (NEVES, 2000a, p.823).

No que diz respeito às relações lógico-semânticas expressas, entende-se que o esquema prototípico seria aquele apontado em NEVES (2000a), que assim se enuncia (nomeando-se **p** à primeira oração, e **q** à segunda oração):

“se p , q ” \Rightarrow “ p verdadeiro e q verdadeiro”
--

(NEVES, 2000a, p.832)

Do ponto de vista da organização da informação no texto, verifica-se em Neves (2000 e 2007) e em Hirata-Vale (2005) que a maior parte das construções adverbiais condicionais do português traz a oração subordinada antes da principal, e que as orações condicionais antepostas constituem, em geral, um ponto de apoio para a referência, ou seja, um *tópico* discursivo.

¹⁰ Protótipo é um conceito estabelecido dentro da psicologia cognitiva, e, como consta em Neves (1998), é o membro que ostenta o maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes. Dessa forma, todos os demais membros devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo, ou seja, de acordo com o “pico prototípico”.

Assim, as orações condicionais formam uma espécie de moldura de referência em relação à qual a oração principal é verdadeira ou apropriada. Além disso, como indica Neves (2007), frequentemente nessas orações está uma informação que não é dita como novidade. Dessa forma, continua a autora, consideradas as construções condicionais em geral, pode-se invocar um princípio de iconicidade que favorece essa anteposição da oração condicionante, prevendo-se para a seqüência a seguinte configuração: a) anuncia-se primeiro a ocorrência de um estado de coisas / uma proposição / um ato de fala (SWEETSER, 1990) como assentamento de uma condição (prótase), que pode ou não ser satisfeita; e b) a partir daí (e, portanto, em subsequência), enuncia-se um estado de coisas / uma proposição / um ato de fala, como factual / contrafactual / eventual (apódose), em dependência do preenchimento daquela condição (NEVES, 2000a, p. 836).

Citem-se duas ocorrências de condicionais prototípicas em língua falada, ambas com a prótase anteposta:

- (...) *se eu tivesse pessoas na minha família, ligadas a mim, que tivessem um problema dessa ordem, eu faria o meu máximo esforço pra trata(r) a pessoa igual* (D2-RS: 37)
- (...) *na psicologia... se você... só elimina o::efeito não elimina a causa...* (D2-SP: 343)

Quanto ao caráter não propriamente “subordinado” das orações adverbiais, e como defendido em Neves; Robuste (no prelo) deixa de ser necessário distinguir tão fortemente a oração *se (eu) não me engano* das condicionais prototípicas, já que a afirmação de uma natureza hipotática (+dependente e -integrada), mais do que de uma natureza subordinada (+dependente e +integrada) (LEHMANN, 1988, 1989; MATHIESSEN, THOMPSON, 1988; LANGACKER, 1991), diz respeito às adverbiais em geral.

Nesse caso particular, merece ser explicada a relação hipotática (relação núcleo-satélite). No que concerne à classificação das construções condicionais, Hopper e Traugott (1993), baseados na discussão de Mathiessen e Thompson (1988), Lehman (1988, 1989) e Langacker (1991), estabeleceram um *continuum* referente à autonomia sentencial das orações:

parataxe > hipotaxe > subordinação

A *parataxe* apresenta uma dependência relativa entre as orações; a *hipotaxe*, ou interdependência, apresenta um núcleo e uma ou mais orações que não ocorrem sozinhas, e são, portanto, relativamente dependentes, no entanto, normalmente não são incluídas inteiramente em um componente do núcleo; e a *subordinação* apresenta dependência e encaixamento.

Esse *cline* de combinações de orações apresentado pelos autores está elaborado pela especificação em termos de combinações de critérios como \pm dependente, \pm integrado:

<i>parataxe</i>	>	<i>hipotaxe</i>	>	<i>subordinação</i>
- dependente		+ dependente		+ dependente
- integrado		- integrada		+ integrada

(HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170)

Como mostram Neves; Robuste (no prelo), na condicional em exame neste estudo ressalta, prevalentemente, sua condição de membro periférico, altamente caracterizado pela atuação sobre um âmbito de incidência, algo que enfraquece sua natureza de “expansão de realce” (HALLIDAY, 1994, p. 215-221; NEVES, 2006, p. 232-233), e faz lembrar, muito facilmente, as formulações fundantes dos estudos de modalização (na lógica como na linguagem): há um *modus* a incidir sobre uma proposição (BALLY, 1950, *apud* NEVES, 2007).

Pelo fato de a condicional *se (eu) não me engano* atuar como um modalizador epistêmico, avalia-se neste trabalho se ela deixa de apresentar algumas das características básicas de uma condicional prototípica, revelando assim o caráter difuso das categorias gramaticais (NEVES, no prelo).

Sweetser (1990) analisa o funcionamento das condicionais nos domínios de conteúdo, epistêmico e de atos de fala (SWEETSER, 1990 p.113). A premissa básica de que parte a proposta diz que “para que haja uma construção condicional é necessário que haja uma conexão entre duas orações” (p.113).

De acordo com a autora, no *domínio do conteúdo*, *se* indica que a realização de um evento ou de um estado de coisas descrito na prótase é condição suficiente para a realização de um evento ou de um estado de coisas descrito na apódose. O seguinte exemplo¹¹ mostra essa relação:

- *Se Maria for, João vai.*

Em concordância com a proposta de Sweetser (1990), Neves (1999) afirma que, nas construções condicionais com leitura de *conteúdo*, “existe mais concretamente uma relação causal, no sentido de que um estado de coisas capacita, e, assim, motiva, a relação de outro” (NEVES, 1999, p.498). Um exemplo retirado do *corpus* que permite uma leitura de *conteúdo* é:

¹¹ Os exemplos citados de Sweetser (1990) foram traduzidos por mim.

- L2 (...) *ele já pede emprestado se esquece de devolver...porque se ele devolver ele fica sem a fita...não é? se ele devolver a fita que tomou emprestado ele não vai ter fita pra tocar no toca fita do carrinho do papai dele...não é?* (D2-PE: 266).

Nessa ocorrência o evento *devolver a fita* é uma condição suficiente para alguém *ficar sem a fita*. A relação causal estabelecida entre a prótase e a apódose da ocorrência em análise pode ser pensada como “*devolver a fita causa ficar sem ela*”.

O segundo tipo de condicional apresentado por Sweetser (1990) é o das pertencentes ao *nível epistêmico*. No domínio epistêmico, *se* indica a ideia de que o conhecimento da verdade da hipótese (presente na prótase) seria uma condição suficiente para a verdade da proposição (presente na apódose), como mostra a seguinte construção¹²

- *Se ela é divorciada, ela já foi casada.*

Segundo a autora, a condição tautológica expressa nessa construção pode ser entendida da seguinte forma: o conhecimento da proposição *ela é divorciada* é verdade suficiente para concluir que a proposição *ela foi casada* também é verdade. Uma condicional epistêmica não tautológica é expressa na construção¹³ a seguir

- *Se João foi a festa, ele estava tentando enfurecer Mirian.*

Nessa construção não há uma conexão lógica inerente entre a prótase e a apódose. Esse tipo de construção é formalmente parecido com o esquema lógico-semântico de condicionalidade **se p** então **q**. Nesse sentido, Neves (1999), ao tratar das condicionais *epistêmicas*, afirma que a relação que se estabelece entre a prótase e a apódose é bem semelhante à relação firmada entre as condicionais de *conteúdo* e a apódose. O que as diferencia é que, enquanto as condicionais de *conteúdo* relacionam estados de coisas, as condicionais epistêmicas relacionam proposições (NEVES, 1999, p. 500). Assim, nessa construção analisada, a relação que se estabelece entre a condicional e a apódose é uma relação epistêmica em que o valor do conteúdo proposicional da apódose fica condicionado ao valor de verdade expresso pela prótase, como se vê no exemplo a seguir

- L1 (...) *se ele faz assim simplesmente para... preencher... o tempo... ou para um adendo... ao seu orçamento então ele... faz aquilo muitas vezes desinteressadamente...* (DID-PE: 78)

Nessa ocorrência percebe-se claramente a relação **se p** então **q**, e a ligação de duas proposições que mantêm entre si uma relação epistêmica: o falante infere a conclusão *ele faz aquilo muitas vezes desinteressadamente* a partir de uma condição: *se ele faz assim simplesmente para preencher o tempo*.

¹² Retirada de Sweetser (1990).

O terceiro tipo de condicionais, segundo Sweetser (1990, p. 120), refere-se às de *ato de fala*, estritamente relacionadas com a pragmática. Uma definição geral das condicionais de ato de fala inclui todos os casos em que “o que está expresso na prótase influencia, possibilita ou causa a realização de um ato de fala, que vem na apódose” (NEVES, 1990, p. 500). A construção utilizada por Sweetser é:

- *Se me permite dizer, é uma ideia louca*

Todas as condicionais de ato de fala têm em comum o fato de poderem ser parafraseadas por “Se [prótase], então considere-se que eu realize este ato de fala (isto é, o ato que está representado como apódose)” (SWEETSER, 1990, p.121). Segue uma ocorrência:

- *Se eu afirmo que você vivia com fuxicos, é porque você vivia com fuxicos. (SBR)*

Nessa ocorrência, o conteúdo da prótase (*se eu afirmo que você vivia com fuxicos*) influencia, possibilita e/ou causa o a realização do ato de fala *é porque você vivia com fuxicos*.

Oliveira (2008) defendendo essa tipologia tripartite para o tratamento das condicionais, diz que, embora não haja um consenso entre a crítica na determinação do tipo de condicional, é possível encontrar na literatura corrente um denominador comum entre as tipologias existentes.

Quadro 4: Tipologias das orações condicionais

TIPOLOGIAS DAS ORAÇÕES CONDICIONAIS	
SWEETSER (1990)	Condicionais de conteúdo, condicionais epistêmicas, condicionais dos atos de fala;
DIK <i>et al.</i> (1990)	Condicionais predicacionais, condicionais proposicionais, condicionais dos atos de fala;
HARDER (1996)	Condicionais de causa, condicionais de sequência epistêmica, condicionais dos atos de fala;
DANCYGIER (1998)	Condicionais de causa, condicionais de inferência epistêmica, condicionais de atos de fala e metatextuais;

Fonte: Oliveira, 2008, p.18.

Segundo Oliveira (2008) “a diferença entre as propostas parece resumir-se muito mais à terminologia empregada pelos autores do que quanto aos tipos distinguidos” (OLIVEIRA, 2008, p. 18).

Haimann (1988) é outro autor que defende uma natureza multifacetada das condicionais. Para ele, nas condicionais estão envolvidas três áreas básicas de interpretação

¹³ Retirada de Sweetser (1990).

semântica, como a causalidade, a modalidade e a disjunção, e a característica mais importante de uma condicional não é uma estrutura lógica, mas sim uma estrutura informacional (HAIMANN, 1988, *apud* SWEETESER, 1990, p.125). Seguindo Haimann, Sweeteser (1990), defende que nas línguas naturais as condicionais expressam uma relação e uma dependência, não somente entre os valores de verdade das duas cláusulas, mas entre os seus conteúdos. A verdade da prótase constitui uma condição suficiente para a ‘felicidade’ da apódose porque há uma relação causal entre elas (SWEETESER, 1990, p.142).

Na análise da forma da condicional *se (eu) não me engano* e suas relações no enunciado, a partir da distinção tripartite das relações condicionais, nota-se que ela não se enquadra, de forma estanque, em nenhum dos tipos propostos por Sweetser. Seria possível pensar-se que esta condicional poderia ser vista como situada em um ponto intermediário entre os níveis epistêmico e de ato de fala, como se verá adiante.

A condicional em estudo poderia pertencer ao nível epistêmico devido à sua própria forma e carga semântica, visto que o verbo *enganar* nega o conhecimento de uma determinada situação, e, ao negar-se esse verbo – *não enganar* – o que se está negando é o desconhecimento de uma determinada situação, declarando-se, assim, o conhecimento dessa situação. Ao condicionar o conhecimento expresso na nuclear, a oração *se (eu) não me engano* condiciona essa proposição a um possível engano, ou seja, a um desconhecimento. Dessa forma, a condicional *se (eu) não me engano* fica entre os pólos do conhecimento e do não/conhecimento, o que faz que ela possa ser analisada como um modalizador epistêmico.

A condicional *se (eu) não me engano* pertenceria ao nível dos atos de fala devido à sua frouxa ligação com a apódose, no sentido de não estabelecer uma relação condicional de fato, como mostra a análise da seguinte ocorrência:

(4) A: *Eu já ouvi sim. E se não me engano fica no interior do Paraná.* (DEL-D)

A relação entre as proposições *se não me engano* e *fica no interior do Paraná* quer dizer que, para que a proposição (*fica no interior do Paraná*) seja verdadeira, é necessário que o falante não esteja enganado. No entanto essa relação que se estabelece não é devida à forma condicional da construção, mas sim ao seu valor de modalizador epistêmico. Logo, não se pode considerar que essa construção pertença ao nível dos atos de fala.

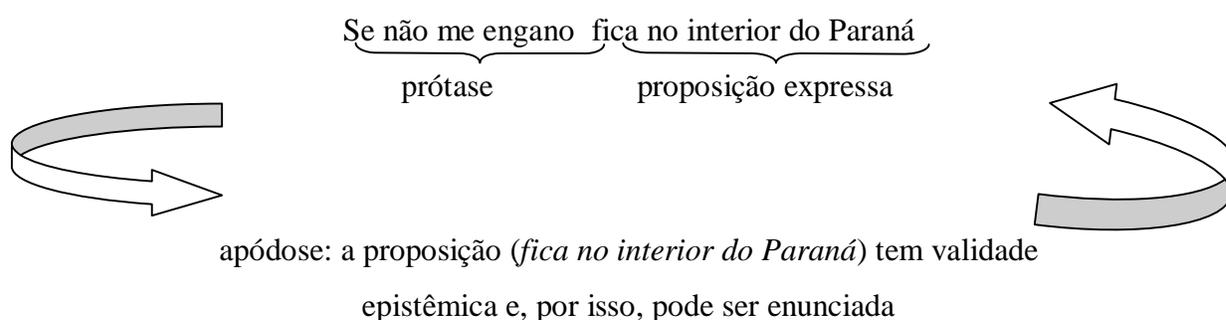
Do ponto de vista sintático é permitido afirmar que o segmento em estudo é uma condicional, visto que ele se liga a uma oração principal e estabelece uma relação de hipotaxe, como se explicita em

Se não me engano fica no interior do Paraná.

condicional + principal

Entretanto, não se pode afirmar que ela pertence ao nível epistêmico ou ao nível de atos de fala, pois com as análises se nota que o que se obtém é o efeito de modalização e não de uma ligação condicional.

A condicional *se não me engano* configura um caso em que a prótase apresenta uma condição suficiente não para a verdade da apódose, mas, como já diz Hirata (1999, p. 201), para a relevância ou para a adequação da apódose. Assim a condicional em exame encaminha-se para o território da modalidade:



Também se nota que, além de não se ligar canonicamente à apódose enunciada, a condicional *se não me engano* também não representa o complexo causal-condicional que está na base das condicionais prototípicas. A natureza multifacetada da condicional em estudo se limita às interpretações de modalidade e de disjunção, e não apresenta a relação causal que se espera de uma condicional. Uma relação com a modalidade poderia ser pensada como: *Se não me engano*, a afirmação que vou enunciar e que passa pelo meu conhecimento, é verdadeira. Uma relação com a disjunção poderia ser *ou eu me engano ou fica no interior do Paraná*.

Juntos, esses fatores mostram que há perda de traços condicionais na expressão *se (eu) não me engano*, e isso contribui para a avaliação dessa expressão dentro da modalidade.

4 O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO E SUA COMPLEXIDADE

Os estudos sobre gramaticalização começaram a ganhar força na ciência lingüística a partir da década de 1970. O termo *gramaticalização* tem mais de uma definição entre os diversos estudiosos. Uma definição, por exemplo, que se baseia na diferença entre itens lexicais e gramaticais, considera gramaticalização um processo de evolução contínuo, em que uma unidade lexical se transforma em um elemento gramatical, ou unidades que já possuem uma função gramatical se gramaticalizam ainda mais. Outra definição é a de Hopper e Traugott (2003), que além de itens lexicais, também consideram a gramaticalização das construções, como a mudança em que itens lexicais e construções gramaticais estão envolvidos, em certos contextos lingüísticos, passando a desempenhar funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizadas, continuam a desempenhar novas funções gramaticais.

4.1 A gramaticalização na sincronia e na diacronia

Hopper e Traugott (1992) indicam duas “perspectivas” de gramaticalização, uma “histórica” e uma “sincrônica”. A perspectiva histórica estuda as origens das formas gramaticais, bem como as mudanças que as afetam, enquanto a perspectiva sincrônica estuda o fenômeno do ponto de vista de padrões de fluidos de uso lingüístico.

Em uma perspectiva sincrônica, a gramaticalização é considerada um fenômeno morfossintático e discursivo-pragmático, que é estudado do ponto de vista da fluidez, a partir de um recorte dinâmico do uso da linguagem em um determinado momento no tempo. Um caso de gramaticalização sincrônica está tratado em Thompson e Mulac (1991). Os autores analisaram sentenças envolvendo ‘*I think that*’¹⁴ (oração) como em (1a), e outras envolvendo ‘*I think* \emptyset ‘probably’¹⁵ (parêntese epistêmico) como em (1b, c). Para Thompson e Mulac os parênteses epistêmicos são versões gramaticalizadas (reduzidas, mais frequentemente) da oração principal:

(1) a. *I think that exercise is really beneficial.*

(Eu acho que exercícios são realmente benéficos.)

b. *I think exercises is really beneficial.*

(Eu acho exercícios realmente benéficos.)

c. *Exercises is really beneficial, I think.*

¹⁴ Eu acho que.

(Exercícios são realmente benéficos, eu acho.)

(BRINTON; TRAUGOTT, 2005 baseados em THOMPSON; MULAC, 1991)

Os autores observaram que a gramaticalização, nesse caso, pode provocar a mudança de uma oração complexa em uma oração simples, fenômeno que tem sido observado no emprego dos chamados *parentéticos epistêmicos*. Os resultados do trabalho indicam que *think* (*achar*) - verbo de atitude proposicional-, nos contextos de 1ª e 2ª pessoas do singular, respectivamente, está sendo usado como parentético epistêmico no inglês, desempenhando função semelhante de advérbios como *maybe* (*talvez*), que indicam opinião ou um fraco comprometimento do falante em relação à verdade de um conteúdo proposicional.

A gramaticalização, concebida como um conjunto de princípios, é capaz de oferecer

um aparato teórico-metodológico para a identificação de processos que, simultaneamente atuantes, permitem reconhecer mudanças categoriais na língua, propiciadas por alterações que se consubstanciam a partir da interação de suas partes componentes: a semântica, o discurso e a gramática (GONÇALVES *et al.* 2007, p. 66).

Nesse sentido, com vista a aferir o grau de gramaticalização de um determinado item, têm sido propostos critérios diversos, e princípios definitórios, como, por exemplo, a unidirecionalidade da gramaticalização.

Um critério proposto, que é de interesse a este trabalho, diz respeito aos três aspectos principais para descrever os mecanismos de gramaticalização: **peso**, que caracteriza a autonomia de um signo, ou seja, é a propriedade que o torna distinto dos membros de sua classe; **coesão**, que é a perda de autonomia de um signo à medida que estabelece certas relações com outros signos; e **variabilidade**, que está diretamente relacionada à mobilidade do signo, sendo que quanto maior a sua mobilidade, maior a sua autonomia (LEHMANN, 1985).

O autor propõe que esses aspectos sejam investigados em nível paradigmático e sintagmático, combinados aos processos de paradigmaticização, obrigatorização, condensação, coalescência e fixação, como se esquematiza a seguir:

¹⁵ Eu acho Ø provavelmente

Quadro 5: Os parâmetros da gramaticalização

	Paradigmático	Sintagmático
Peso	integridade	escopo
Coesão	paradigmaticidade	conexidade (<i>bandedness</i>)
Variabilidade	variabilidade paradigmática	variabilidade sintagmática

Fonte: Lehmann, 1985, p.306

O quadro mostra que esses seis parâmetros estão correlacionados e podem identificar, em conjunto, o grau de gramaticalização de um signo (LEHMANN, 1985). Há a ressaltar que tais parâmetros foram propostos para medir a gramaticalização de itens em processo de morfologização, por isso devem ser interpretados com muito cuidado fora desse domínio. Dois desses parâmetros podem auxiliar nas análises do objeto de estudo deste trabalho: variabilidade sintagmática e escopo.

A variabilidade sintagmática é um parâmetro que se verifica no processo de fixação, que revela a forte tendência de formas gramaticalizadas ocuparem posição fixa na cadeia sintagmática. Como se verá nas análises dos dados, a verificação empreendida mostrou que esse parâmetro se aplica negativamente para a proposição de um processo de gramaticalização de *se (eu) não me engano*, justamente porque a condicional em estudo apresentou uma grande mobilidade sintática, podendo ocorrer anteposta, posposta ou intercalada a uma oração principal ou ao sintagma a que se liga. No entanto essa mobilidade não é aleatória, uma vez que a posição é determinada pelo contexto: a condicional ocorre, na maioria das vezes, próxima ao segmento em que se quer imprimir a dúvida.

O escopo estrutural (peso) refere-se ao nível da estrutura gramatical do sintagma com o qual o item mantém relações gramaticais. Em outras palavras, refere-se ao tamanho estrutura da construção que ele ajuda a formar. Com o aumento da gramaticalização, o escopo de um item diminui, segundo Lehmann (1982,p.128). Como se verá nas análises dos dados, a aplicação desse parâmetro à condicional *se eu não me engano* mostrou resultados positivos em relação à gramaticalização, pois se verifica que há uma redução do escopo de *se (eu) não me engano*: o âmbito de incidência da modalização passa de oração a sintagma.

Uma outra característica da gramaticalização, defendida por Bybee (1995), é o aumento da frequência de uso. Segundo a autora as propriedades das palavras e frases – a estrutura morfológica das palavras e as propriedades sintáticas das construções – são preservadas pela repetição, o que configura um efeito de armazenamento. Nos casos de

gramaticalização, frequentemente as palavras e frases são usadas fortemente arraigadas e mais propensas a serem encontradas como unidades fixas e com menos possibilidade de mudança (BYBEE, 1995, p. 621).

A fim de verificar se a forma da condicional em estudo é preservada pela repetição, foi feita uma pesquisa nos dois *corpora* que procurou identificar as formas variantes da expressão *se (eu) não me engano*. A parte (6.7) desta dissertação analisa os resultados dessa busca e outros aspectos relacionados à possibilidade de a condicional em estudo estar se gramaticalizando.

4.2 A Gramaticalização de orações

Um outro tipo de estudo dos processo de gramaticalização diz respeito à gramaticalização de orações. Como se viu na seção 3 desta dissertação, que tratou da relação hipotática das condicionais, as orações podem ser organizadas em um *continuum* que mede a sua autonomia sentencial.

As orações podem ser organizadas em um *cline* elaborado a partir da combinação de critérios como \pm dependente, \pm integrado:

parataxe > hipotaxe > subordinação

Algumas propriedades relevantes desse *cline* são ilustradas na figura abaixo:

Figura 3: Propriedades relevantes do *cline* de combinações de construções

Parataxe -----	hipotaxe -----	subordinação
(independência)	(interdependência)	(dependência)
núcleo -----		margem
integração mínima -----		máxima integração
máxima ligação -----		mínima ligação

Fonte: Hopper; Traugott (1993, p. 171)

Do ponto de vista da mudança linguística a formação de uma oração complexa envolve a integração de dois núcleos separados que são mutuamente relevantes. À medida que as orações se combinam, a nova estrutura, antes simples, torna-se complexa por passar a ter duas subpartes (HOPPER, TRAUGOTT, 1993). Para aferir o grau de gramaticalização de

uma construção deve-se medir o grau de integração entre elas, visto que, quanto mais integradas estiverem duas orações, mais gramaticalizadas elas são.

De acordo com Lehmann (1988), para que ocorra um processo mínimo de articulação de orações é necessário que haja unificação e entrelaçamento entre elas, pelo menos pragmaticamente. Esse entrelaçamento é, especialmente nos casos de subordinação, acompanhado de rebaixamento hierárquico¹⁶ e dessentencialização (Lehmann, 1988).

No processo de dessentencialização, um membro de uma estrutura complexa passa a margem, em outras palavras, uma oração perde algumas de suas propriedades e adquire propriedades nominais tanto internamente, quanto na sua distribuição. No final desse processo de nominalização, uma oração torna-se um membro nominal ou adverbial de uma oração matriz.

O grau de integração entre duas orações pode ser medido a partir de propriedades semântico-pragmáticas, como correferencialidade de sujeito, tempo e modo verbal. A hipótese é que quanto maior o número de propriedades compartilhadas, maior é o grau de integração entre as orações. Para que possa ser medido o grau de gramaticalização entre as orações, deve-se pensar na interação dessas propriedades entre as orações.

Neste trabalho pôde-se avaliar muito comodamente se a condicional *se (eu) não me engano* está mais ou menos integrada à sua oração principal¹⁷. Também se pôde avaliar se essa condicional está passando por um processo de dessentencialização, justamente por ter a sua condição de membro periférico, que atua sobre um âmbito de incidência, ressaltada.

4.3 A (inter)subjetividade nos estudos de gramaticalização

Nos estudos linguísticos a (inter)subjetividade tem sido concebida de diferentes formas. Uma delas, já tratada nesta dissertação, é a de Nuyts (2001). Para o autor a subjetividade é uma dimensão semântica que se relaciona com a modalidade e com a evidencialidade. De acordo com ele uma avaliação é subjetiva se o falante se apresenta como responsável por ela, e é intersubjetiva se o falante compartilha a responsabilidade com um grupo de pessoas (que possivelmente inclui o ouvinte).

A literatura recente sobre gramaticalização (TRAUGOTT, 1982; 1989; 1995; 2010) tem associado a (inter)subjetividade ao processo diacrônico da subjetivização, que independe da gramaticalização, mas que com ela estabelece uma estreita relação. No processo de

¹⁶ A expressão utilizada por Lehmann foi 'hierarchical downgrading'.

gramaticalização de alguns itens há um aumento do envolvimento do falante, e dessa forma, significados tendem a se tornar crescentemente situados no estado de crença ou atitude do falante em relação à proposição (TRAUGOTT, 1989). Um exemplo dessa relação entre subjetivização e gramaticalização é o processo de mudança envolvido no desenvolvimento dos modais epistêmicos.

A subjetivização pode ser entendida como “o desenvolvimento de expressões com significado principalmente semântico ou pragmático em expressões que destacam o ponto de vista do falante sobre o que ele está falando” (TRAUGOTT, 2010, p. 29). Para a autora, uma vez que os significados são usados pelo falante para codificar e regulamentar suas atitudes e crenças, eles se subjetivizam, e, uma vez subjetivizados, podem ser usados para codificar significados centrados no ouvinte. É o que Traugott nomeia como intersubjetivização. Em outras palavras, a intersubjetivização é o desenvolvimento de expressões que marcam a preocupação do falante com o ouvinte e sua autoimagem. Esse desenvolvimento de significados dos itens está esquematizado, em forma de *cline*, em Traugott e Dasher (2002, p. 225):

não/menos subjetivo > subjetivo > intersubjetivo

Traugott (2010) chama a atenção para os perigos de interpretação desse *cline*, uma vez que ele não deixa claro que o termo *intersubjetivo* não quer dizer “tem um novo significado pragmático intersubjetivo em contextos relevantes” mas “tem um novo sentido intersubjetivo”. Assim, é preciso diferenciar a intersubjetividade que pode ser pragmaticamente acompanhada do uso de uma forma, e a intersubjetividade que é resultado de um processo de intersubjetivização.

Para mostrar a diferença de um item que é intersubjetivizado, ou seja, que passou por um processo de intersubjetivização e teve o seu significado alterado, e um item que permite uma leitura intersubjetiva derivada do contexto, Traugott faz referência a Brinton (2007), que trata do desenvolvimento da reformulação parentética de *I mean*. Brinton mostra que a expressão *I mean* era uma forma subjetivizada do significado literal “através de X eu quero dizer”. Na fala *I mean* é usado como um marcador discursivo e na escrita é usado para prover aos leitores um significado mais claro, o que permite dizer que na escrita *I mean* sempre foi pragmaticamente intersubjetivo. Logo, o parentético analisado por Brinton não configura um caso de intersubjetivização, pois, ao longo do tempo foi usado em seu sentido intersubjetivo para expressar ênfase e certeza sobre a veracidade de um enunciado (Brinton 2007). A

¹⁷ Essa avaliação somente pode ser feita nos casos em que o *se (eu) não me engano* se liga a uma oração principal.

exceção são os usos de *I mean*, considerados subjetivizados, em frases fixas como em *You know what I mean?*.

Segundo Traugott (2010), nesses casos em que o valor intersubjetivo é derivado do contexto, o que ocorre é um aumento de intersubjetividade pragmática. Esses usos intersubjetivos (orientados para o ouvinte) não são casos de intersubjetivização, a menos que haja um par de forma-significado que venha a codificar a intersubjetividade. Para a autora, depois que um item muda de posição no *cline* da (inter)subjetivização, não precisa continuar mudando até o fim do *cline*. Essas são as “chamadas ‘camadas’ de Hopper (1991), que querem dizer que mais cedo ou mais tarde formas coexistem e estão em variação” (TRAUGOTT, 2010, p. 38).

Nos estudos dos processos de (inter)subjetivização o termo ‘subjetividade’ é utilizado para se referir à uma noção sincrônica, entendida como a relação entre o falante e suas atitudes e crenças (TRAUGOTT, 1982; 1989; 1995; 2010). O conceito de intersubjetividade¹⁸ desses estudos é baseado em Benveniste (1958) e está relacionado com a preocupação do falante com a autoimagem de seu ouvinte.

Dessa forma, para Traugott subjetividade e intersubjetividade são noções sincrônicas que têm em comum o fato de indicarem a atitude ou o ponto de vista (subjetivo) do falante. Traugott (2010, p.34) mostra que é possível organizar os dados em um *cline* sincrônico de (inter)subjetividade:

não/menos subjetivo - subjetivo - intersubjetivo

Esse *cline* indica que um item pode ser avaliado como menos subjetivo, subjetivo ou intersubjetivo. Destaca-se que o fato de uma comunicação se dar entre duas pessoas, geralmente implica subjetividade e intersubjetividade, uma vez que o “eu” é constituído em parte por conceituar o outro membro da comunicação (você) (Benveniste, 1958).

Esta dissertação se valerá desse *cline* e da noção de (inter)subjetividade de Traugott (2010) para avaliar os graus de (inter)subjetividade que a condicional *se (eu) não me engano*, objeto de estudo do presente trabalho, pode apresentar. A questão principal que se coloca é se essa condicional favorece uma leitura intersubjetiva (TRAUGOTT, 2010) em contextos específicos.

¹⁸ O conceito de intersubjetividade desses estudos é baseado em Benveniste (1958). Para o autor o “eu” é constituído em parte por conceituar o outro membro da interação, o “você”.

5 METODOLOGIA

Com base nas teorias de orientação funcionalista apresentadas, a análise do comportamento da construção *se (eu) não me engano* foi feita a partir do exame em um banco de dados com mais de duzentos milhões de palavras de língua escrita, disponível no Centro de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara. Desse banco de dados utilizou-se especialmente o *corpus* principal, que tem aproximadamente 12 milhões de palavras e é composto por diferentes tipos, com textos identificados como “Literatura Dramática (LD)”, “Literatura Jornalística (LJ)”, “Literatura Oratória (LO)”, “Literatura de Propaganda (LP)”, “Literatura Romanesca (LR)” e “Literatura Técnica (LT)”.

Além desse *corpus*, foram examinadas ocorrências de língua falada pertencentes ao ‘*corpus* mínimo’ do Projeto Norma Urbana Culta (NURC), constituído por cinco arquivos do tipo D2 (diálogo entre dois informantes), 5 do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) e 5 do tipo EF (elocução formal) de cada uma das cinco capitais que fazem parte do banco de dados, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre. Amostras desses materiais foram publicadas em São Paulo (CASTILHO-PRETI, orgs., 1986 e 1987), Rio de Janeiro (CALLOU, org., 1992, CALLOU-LOPES, orgs., 1993 e 1994), Salvador (MOTTA-ROLLEMBERG, orgs., 1994), Recife (SÁ-CUNHA-LIMA-OLIVEIRA JR., orgs., 1996) e Porto Alegre (HILGERT, org. 1997).

Salienta-se que as ocorrências de língua falada foram ouvidas, salvo em casos de total impossibilidade. As ocorrências da capital Rio de Janeiro foram acessadas pelo site da UFRJ¹⁹. As ocorrências das demais capitais foram ouvidas de gravações de fitas k7.

Um dos propósitos da seleção de *corpus* de língua falada e de língua escrita é verificar como as orações em exame se comportam nessas duas modalidades de língua, de acordo com o que se busca analisar no estudo.

Para auxiliar na apuração das frequências e dos percentuais na pesquisa, utilizaram-se os programas estatísticos do pacote GOLDVARB 2001, que é baseado no programa GoldVarb 2.0 (RAND; SANKOFF, 1990). Embora esses programas tenham sido desenvolvidos especialmente para o tratamento de fenômenos variáveis e a variação não seja o objeto de estudo do presente projeto, o uso dessa ferramenta estatística permite uma garantia de que todas as ocorrências serão analisadas qualitativamente à luz dos mesmos critérios estabelecidos, principalmente quando se lida com grande quantidade de ocorrências.

¹⁹ http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/corpora/did/did_37.htm

Para uma investigação que tem por objetivo mostrar o comportamento sintático e o semântico da construção *se (eu) não me engano* ligado à situação comunicativa (integrando à análise a pragmática), foram levantados alguns parâmetros de análise a partir dos quais todas as ocorrências foram analisadas. Esses parâmetros conduzem a análise no sentido de responder se essas construções preenchem um contínuo que vai da menor para a maior integração sintática das orações. Esses grupos também foram escolhidos a partir da cuidadosa observação dos dados.

Quadro 6: Variáveis utilizadas para análise quantitativa dos dados

Relação condicional/ oração nuclear		Sim Não
1	Posição da modalização em relação ao âmbito de incidência	Anteposta Posposta Intercalada
2	Posição da condicional em relação à oração principal	Anteposta Posposta Intercalada
3	Tipo de frase	Asserção Interrogação Exclamação Injunção (ordem)
4	Tipo textual	Narrativo Argumentativo/ Expositivo Descritivo Injuntivo
5	Tipologia textual (<i>corpus</i> de língua escrita)	Literatura romanesca Literatura dramática Literatura técnica Literatura jornalística, crônicas e correspondências Crônicas Literatura oratória Literatura de propaganda
6	Tipo de inquérito (<i>corpus</i> de língua falada)	DID D2 EF
7	Tipo da predicação	Ação Estado Processo Ação/processo
8	Forma verbal da oração nuclear	Presente indicativo Presente subjuntivo Pretérito perfeito indicativo simples Pretérito perfeito indicativo composto Pretérito mais-que-perfeito indicativo Pretérito imperfeito indicativo Pretérito imperfeito subjuntivo Futuro do presente indicativo Futuro do pretérito indicativo Futuro subjuntivo Imperativo Infinitivo Gerúndio Particípio
9	Igualdade da forma verbal da nuclear e da condicional	Sim Não
10	Correferencialidade do sujeito	Sim Não
11	Presença de dados de exatidão no âmbito da modalização	Denominação Data Quantidade Localização

Na primeira linha do quadro está o parâmetro de análise a partir do qual todas as outras variantes são analisadas. Nas outras linhas do quadro estão os grupos de fatores e suas respectivas variáveis.

O parâmetro principal de análise e o parâmetro 1 foram estabelecidos depois que se procedeu a uma análise cuidadosa dos dados. O que se percebeu foi que nem sempre *se (eu) não me engano* se liga a uma oração principal, e que nos casos em que se liga, nem sempre é a oração principal inteira o âmbito de incidência da modalização.

O parâmetro de análise 1 parte do pressuposto de *se (eu) não me engano* poder incidir sobre um âmbito de incidência, que pode tanto ser uma oração, como uma parte específica da oração ou um sintagma. O propósito da utilização desse parâmetro é analisar o grau de especificidade do âmbito de incidência de *se (eu) não me engano*, e assim avaliar se essa condicional está passando por um processo de dessentencialização.

A análise do parâmetro 2 tem por objetivo examinar se, do ponto de vista da organização da informação nos enunciados, a condicional *se (eu) não me engano* ocorre com maior frequência anteposta à principal, como ocorre nas construções condicionais prototípicas.

Os parâmetros de análise 3, 4, 5 e 6 foram escolhidos com o propósito de examinar qual é o contexto que favorece o uso de *se (eu) não me engano*. O critério de análise 5 foi aplicado somente aos dados de língua escrita, e o critério de análise 6 somente aos dados de língua falada.

A análise dos parâmetros 7, 8, 9 e 10 tem por objetivo verificar se a condicional compartilha propriedades sintáticas com a oração principal. Dessa forma, quanto maior o número de elementos compartilhados maior é o grau de integração sintática entre as orações.

O parâmetro 11 auxilia na investigação do aumento de especificidade de atuação da condicional aqui avaliada como modalizador. À medida que o âmbito de incidência é mais definido, mais forte é o valor modal de *se (eu) não me engano*.

Os grupos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 só foram analisados nas ocorrências em que *se (eu) não me engano* se liga a uma nuclear, por se tratar de parâmetros de análise que se relacionam diretamente com o verbo da construção nuclear.

Os resultados obtidos com a análise quantitativa dos dados foram analisados à luz dos pressupostos funcionalistas que orientam a pesquisa.

6 ANÁLISE DOS DADOS

O ponto de partida – já de início fixado para esta dissertação – é a hipótese da existência de um forte valor epistêmico na oração condicional *se (eu) não me engano*, o qual, entretanto, não se define sempre da mesma maneira, em qualquer contexto de ocorrência (NEVES, ROBUSTE, no prelo). Sirva para análise o exemplo seguinte:

(5) *outra coisa as agências... loca éh:: nos subúrbios fecham às seis horas da noite se eu não me engano deveria ter um prazo mais a mais longo...* (D2-PE: 151)

Nota-se que, nessa ocorrência, estão presentes uma oração adverbial condicional e uma oração nuclear, o que constitui uma construção condicional. Entretanto, como já se observou, entra em jogo a modalização epistêmica, manifestando-se algo que fica no intervalo entre um extremo, de certeza / precisão, e outro extremo, de não-certeza / imprecisão. O falante faz uma declaração (*as agências fecham às seis horas da noite*), mas não se compromete com a validade, com a precisão, dessa declaração, e relativiza o seu valor de verdade usando um segmento expresso em oração condicional. Além disso, há a observar que, quando considerada a fonte do conhecimento ligado à força epistêmica de *se (eu) não me engano*, o falante registra explicitamente a marca evidencial de primeira pessoa, ou seja, marca expressamente a si próprio como fonte da evidência (GIVÓN, 1995) em que se apoia a falta de certeza / de precisão: a relativização é justificada, pois, pelo (não) conhecimento do próprio falante.

A primeira verificação diz respeito à grande frequência de construções com a condicional *se (eu) não me engano*, a ser comparada à baixíssima frequência (ou até à inexistência, no *corpus* examinado) de expressões que poderiam ser tidas como (quase) sinônimas (tanto condicionais como não condicionais), do tipo de: *se (eu) não estou enganado*, *se (eu) não estou equivocado*, *se (eu) não estou errado*, *se (eu) estou certo*, *(eu) posso estar enganado*, *(eu) posso estar errado*. Essa grande frequência de uso pode encaminhar para a proposição da existência de um processo de gramaticalização dessas construções²⁰.

Verificou-se, já de início, que, embora se possa considerar que o segmento *se (eu) não me engano* tem grande estabilidade de forma, uma quase fixidez, e que essa quase fórmula é absolutamente predominante, há a verificar que, contrariando o conceito de *obrigatorização da forma*, proposto por Lehmann (1982), outras fórmulas praticamente equivalentes se usam em alternância com essa. É o que se vê nas ocorrências que seguem:

²⁰ Ver seção 4 que tratou dos critérios de gramaticalização que favorecem uma afirmação no sentido de uma possível gramaticalização e parte 6.7 que tratará de investigar esses critérios.

- (6) *De outra feita foi um senhor barbudo e respeitável – prof. Diltbey, se não me engano – quem desferiu um soco violento no olho esquerdo do fabricante de bilboquês* (AL-R)
- (7) *ela usou logo desde o início ela usou...o leite em pó...então ela usou muito ‘Nestogen’::...ela usava também...é/ fo/ quase sempre... agora ela passou a usar depois o ‘Lactogen’ se eu não me engano...ela mudou...* (DID-RJ-328)
- (8) *Florença tem um museu célebre que o Fizi...e::e tem...telas lindas...tem::ah::peças de de::escultura muito bonitas inclusive o:: “David” de Michelangelo está lá...e::se eu não estou enganado hein...* (DID-SP: 137)
- (9) *Diz que é viúva de um funcionário do Senhor Barão de Pirapuama, mais tarde de Vossa Excelência, um certo Horácio Bonfim, se não estou equivocado.* (VPB-R)

As quatro construções em destaque compartilham natureza. Além de uma série de características (a forma de oração condicional; a relação com um segmento nuclear; a posposição da oração condicional a esse segmento; a força modalizadora, etc.), merece apontamento o fato de que o âmbito de incidência da modalização é, nos quatro casos, do mesmo tipo, ou seja, a relativização da certeza incide sempre em uma denominação: *Diltbey*, na primeira; *Lactogen*, na segunda; *David de Michelangelo*, na terceira; *Horácio Bonfim*, na quarta.

Uma outra expressão que compartilha natureza com *se (eu) não me engano* é *salvo engano*. Encontrou-se, nos dois *corpora* de análise, uma única ocorrência dessa expressão:

- (10) *Salvo engano, começa assim.* (S-R)

Nessa ocorrência, após o segmento “começa assim”, viria um poema cuja reprodução não está disponível. Assim como na condicional *se (eu) não me engano*, em *salvo engano* é o falante quem imprime o valor de incerteza sobre o que enuncia, mas, ele não se marca como a fonte da dúvida, e, dessa forma, o efeito que se obtém é de um maior distanciamento do falante em relação ao que enuncia.

Outra ocorrência²¹ que pode ser comentada, embora esteja fora dos *corpora* de análise, é:

- (11) *Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade.*

Percebe-se que, por tratar-se do título de um capítulo de livro, há um distanciamento do falante e, por consequência, uma maior credibilidade da qualificação modal. Nota-se também que o valor de *salvo engano* está mais intimamente ligado com o valor de uma ressalva do que com o valor de modalização. Diferentemente, ao enunciar *se (eu) não me engano*, o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz.

²¹ Essa ocorrência é um subtítulo do ensaio de ROUANET, Sergio Paulo. *Mal estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Uma diferença quantitativa do uso das cinco construções mostrou a preferência do falante pela utilização de *se eu não me engano*, e, especialmente, por *se não me engano*. Foram encontradas 2 ocorrências de *se (eu) não estou enganado* em língua oral e 4 em língua escrita, 2 ocorrências de *se (eu) não estou equivocado* e 1 ocorrência de *salvo engano* em língua escrita, quantidades significativamente inferiores às 39 ocorrências de *se (eu) não me engano* encontradas em língua oral e às 98 ocorrências encontradas em língua escrita.

6.1. A ligação da condicional a outro elemento sintático

Tomando como base as especificidades de língua oral e língua escrita²², examinam-se, a partir dos parâmetros de análise já mencionados, os usos do segmento *se (eu) não me engano*.

Desde o início da pesquisa, com o manuseio do *corpus* e as primeiras análises, observou-se que a condicional *se (eu) não me engano* poderia ligar-se a sintagmas ou orações. Partindo-se dessa observação, escolheu-se como parâmetro de análise invariável, ou seja, como o grupo a partir do qual todos os outros parâmetros seriam analisadas, *a existência ou não de uma oração principal a que se liga o segmento condicional em estudo*. Os seguintes exemplos ilustram, respectivamente, esses dois tipos de relação:

(12) *Afinal conhecia o rapaz, se não me engano, e o temor de perfídia se eliminava. O certo é que abriu a mala, apanhou o bloco de papel e forjou uma regular mensagem, com boa dose de entusiasmo e civismo.* (MEC-R)

(13) *LI (...) e então é é também uma uma profissão... que a gente não podia deixar de falar como existe também o museólogo museo... museologia se eu não me engano... o nome da profissão... então a pessoa... se se dedica a museu porque cada país... tem que ter o seu museu com suas coisas características e com tudo aquilo com todo aquele... cabedal de conhecimentos que a gente deve ter do que FOI a história... do país onde a gente nasceu... então só através de museu e pra pra haver museu existe alguém especializado nesse museu* (DID-PE: 78)

Na primeira ocorrência tem-se a seguinte ligação entre orações: nuclear (*afinal, conhecia o rapaz*) + condicional (*se não me engano*). Na segunda ocorrência a condicional se liga ao sintagma *museologia* (*museologia se eu não me engano*).

A relação entre construção condicional e oração principal ocorre em 78 das 99 ocorrências analisadas de língua escrita, o que corresponde a 78,7% , e ocorre em 31 das 39

²² Parte-se do pressuposto básico que a diferente natureza e as características de cada uma dessas modalidades de língua favorecem um determinado tipo de uso da condicional em estudo, em detrimento de outros.

ocorrências de língua falada, ou seja, 79% das ocorrências. Essa quase igualdade de resultados mostra um comportamento da condicional bastante semelhante nos dois *corpora* analisados.

Os sintagmas a que se liga o segmento condicional *se (eu) não me engano* (tipo de construção que corresponde a 21,3% das ocorrências de língua escrita e 21% das ocorrências de língua falada) podem ser de diferentes naturezas, como SN (sintagma nominal), SAdj (sintagma adjetivo) e SAdv (sintagma adverbial):

- (14) L1 (...) *you viu por exemplo o trem... de Belo Horizonte que faz... se eu não me engano...* SN *o Vera Cruz Cruz que faz Belo Horizonte Rio de Janeiro:ro...* (D2-PE:151)
- (15) F1 (...) *ainda na estrada você vê: tem um monte de complexos por ali se não me engano* SAdj *de plástico parece que já estão fabricando matérias primas* (D2-RJ: 158)
- (16) L2 (...) *teve um ba/ um bombardeio de uma noite... SAdv em Nuremberg se não me engano na Alemanha...*

Por ora, interessa apenas identificar esses dois tipos de ligação da condicional com outro segmento, visto que essas ligações serão caracterizadas e definidas ao longo das análises dos outros grupos de fatores, devido ao fato de nortear as análises dos grupos de fatores estabelecidos.

A seguir, busca-se verificar, a partir dessa relação entre os níveis estruturais conectados (orações e sintagmas) dos dois *corpora* utilizados para a pesquisa (*corpus* de língua falada e *corpus* de língua escrita), o comportamento da construção *se (eu) não me engano* nos diferentes contextos de uso. Essas análises irão contemplar os grupos de fatores já estabelecidos, com o intuito de, posteriormente, utilizar os resultados obtidos e interpretados para investigar se a condicional *se (eu) não me engano*, de um lado, apresenta características da classe dos modalizadores epistêmicos, e, de outro, apresenta comportamento semelhante ao de uma construção condicional prototípica.

6.2 A posição da condicional em relação à oração principal

O primeiro parâmetro de análise examinado é a posição da condicional *se (eu) não me engano* em relação à oração nuclear. Obviamente serão examinadas, para este parâmetro de análise, apenas as orações condicionais que se ligam a uma oração principal, não a um sintagma.

Acredita-se que a diferente posição do segmento condicional – anteposição, posposição ou intercalação – não é aleatória, está ligada a questões pragmáticas relativas à distribuição da informação, à coesão e à organização dos enunciados. Quanto ao papel da

distribuição da informação, investiga-se se a posição do segmento condicional é condicionada pelas funções discursivas (modalizando toda a proposição ou apenas parte dela) que ele desempenha no texto.

As seguintes ocorrências mostram a relação do segmento condicional com a construção principal em ocorrências retiradas, em cada grupo, de *corpus* de língua falada e língua escrita:

a) condicional anteposta à oração principal:

(17) *Inf: (...) ela forma engenheiros mecânicos, civis, ah...engenheiros de minas, engenheiro... mecânico, civil, minas, eletrotécnica... são quatro, se não me engano são quatro cursos (...)*
(DID-RS: 08)

(18) *Se não me engano, ligou-se também a uma índia, na lei dos índios, para as bandas do Amazonas. Mocinha desapareceu e não deixou vestígio.* (INF-R)

b) condicional posposta à oração principal:

(19) *Inf: (...) e...naquele tempo tinha aquelas moedas grandes, era dois mil réis naquela época, se eu não me engano,...e em dia chuvoso - se bem que parou a chuva - ficou assim um...um nevoeiro ficou um nevoeiro e eu vinha com essa...* (DID-RS: 09)

(20) *Trata-se apenas de reformar uma letra. Aliás, vou te pedir para dares um pulinho lá, o mais depressa possível. O endereço tem na carta que me mandaram: é rua do Rosário, se não me engano.* (QPC)

b) intercalada à construção principal:

(21) *L1 (...) foi um, uma experiência que procedeu a lei de Diretrizes e Bases, foi, foi a experiência que eles fizeram pra depois se não me engano elabora(r) a lei de Diretrizes e Bases (...)* (D2-RS: 283)

(22) *Deu-se isto, se não me engano, no correr do ano de 1899. Onde está, pois, a minha traição?* (ACD-O)

As duas tabelas a seguir mostram os resultados quantitativos da posição da condicional em relação à oração principal.

Tabela 1: Posição da condicional *se (eu) não me engano* em relação à construção nuclear (corpus de língua escrita)

Posição da condicional	Quantidade
Anteposta	30 38,46%
Posposta	10 12,8%
Intercalada	38 48,7%
Total	78 100%

Tabela 2: Posição da condicional *se (eu) não me engano* em relação à construção nuclear (corpus de língua falada)

Posição da condicional	Quantidade
Anteposta	12 38,7%
Posposta	12 38,7%
Intercalada	7 25,6%
Total	31 100%

Nota-se, com os resultados mostrados nas tabelas, que há um equilíbrio numérico bem marcado entre posposição e anteposição (posições marginais) no *corpus* de língua falada, e um equilíbrio entre anteposição e intercalação nas ocorrências de língua escrita. Essa diferença de resultados encontrada merece investigação (que será feita no decorrer das análises). Adianta-se, porém, que a condicional *se (eu) não me engano* ocorre mais intercalada em língua escrita devido à elaboração da diversidade de textos que compõem essa modalidade.

Esses resultados apontam para um diferença de ordem funcional entre os dois tipos de modalidade de língua analisadas. Buscando encontrar uma resposta para a preferência pela intercalação da condicional em *corpus* de língua escrita, traça-se neste trabalho o perfil dos segmentos condicionais que são intercalados à construção nuclear nesse tipo de modalidade da língua:

a) parte desses segmentos liga-se a orações nucleares que são encaixadas em uma outra principal:

(23) *Esta comissão que se compunha, se não me engano, de 21 membros, começou sua tarefa no ano de 1890 e concluiu-a em 1895; só no começo de 1896 foi apresentado ao Poder Legislativo ali o projeto definitivo do Código Civil.* (DPA-O)

b) a forma de estruturação dos enunciados de língua escrita em que foram encontradas ocorrências desse tipo é mais elaborada:

(24) *E foi assim que a gente principiou a tristonha história de tantas caminhadas e vagos combates, e sofrimentos, que já relatei ao senhor, se não me engano até ao ponto em que Zé Bebelo voltou, com cinco homens, descendo o Rio Paracatu. numa balsa de talos de buriti, e herdou brioso comando; e o que debaixo de Zé Bebelo fomos fazendo, bumbando vitórias, acho que eu disse até um fogo que demos, bem dado e bem ganho, na Fazenda São Serafim.* (GSV-R)

c) nessas ocorrências começa-se a enunciar uma proposição (geralmente com verbo de estado), e, dada a presença de um elemento específico sobre o qual o falante não tem certeza quanto ao seu valor de verdade, enuncia-se a condicional *se (eu) não me engano*, levando-se assim toda a proposição (ou apenas parte dela) para o campo que fica entre o certo e o incerto:

(25) *O calor era tórrido, como convém a uma conversa sobre sorvetes, e logo se aliou ao nosso grupo de dois o potentado hindu a quem vendi por uma ninharia a minha famosa coleção de palitos de fósforo e que se chama, se não me engano, José.* (AL-R)

A análise das ocorrências permitiu a identificação do âmbito de incidência de cada condicional modalizadora, e, conseqüentemente, a relação de posição entre a modalização e o âmbito de incidência. Nota-se que, independentemente da posição em que se encontra a condicional modalizadora em relação à nuclear, ela tende a ocorrer próxima ao seu âmbito de incidência. Na próxima parte deste trabalho, busca-se verificar se a independência posicional da condicional modalizadora que aqui se verificou também ocorre em relação ao seu âmbito de incidência.

6.3 A posição de *se (eu) não me engano* em relação ao seu âmbito de incidência

Como mostra Neves (2000a), a ordem das palavras está estritamente ligada à distribuição da informação. Dessa forma, com o propósito de verificar a eficiência comunicativa da distribuição dos elementos no enunciado, foi feita uma análise da posição da condicional *se não me engano* em relação ao seu âmbito de incidência, partindo da premissa de que essa condicional atua, em certos contextos, como um modalizador epistêmico.

Obviamente, pelo fato de o segmento condicional ser analisado como um modalizador epistêmico, espera-se que ele compartilhe propriedades dessa classe. Uma delas, e a principal, é a de emitir marcas sobre o conteúdo proposicional, atuando em uma das camadas do enunciado²³.

Uma análise preliminar dos dados mostrou que a modalização expressa pela construção condicional *se (eu) não me engano* atua no nível proposicional do enunciado, relativizando o valor de verdade do conteúdo vinculado a esse nível. No modelo oracional em camadas, assumir essa posição implica definir o âmbito de incidência e a ordem hierárquica das qualificações.

Adianta-se que uma das características verificadas no segmento condicional em estudo foi incidir, no nível proposicional, sobre dados bem específicos²⁴, na grande parte das ocorrências analisadas.

Foi feita uma análise quantitativa, levando-se em consideração que a condicional *se não (eu) me engano* pode ocorrer anteposta, posposta ou intercalada ao seu âmbito de incidência, como já se demonstrou. Os resultados obtidos encontram-se nas duas tabelas a seguir, a primeira com dados de língua escrita, e a segunda com dados de língua falada:

²³ A estruturação do enunciado em camadas está explicada na parte 1.2.1 dessa dissertação que se dedica ao estudo da modalidade.

**Tabela 3: Posição de *se (eu) não me engano* em relação ao seu âmbito de incidência
(*corpus* de língua escrita)**

Posição da condicional	Condicional/ Principal	Condicional/ sintagma	Total
Anteposta	61 78,2%	10 47,6%	71
Posposta	12 15,4%	8 38%	20
Intercalada	5 6,4%	3 14,2%	8
Total	78 100%	21 100%	99

**Tabela 4: Posição de *se (eu) não me engano* em relação ao seu âmbito de incidência
(*corpus* de língua falada)**

Posição da condicional	Condicional/ Principal	Condicional/ sintagma	Total
Anteposta	15 48,4%	4 50%	19
Posposta	15 48,4%	4 50%	19
Intercalada	1 3,2%	0 0%	1
Total	31 100%	8 100%	39

Os dados mostram que, no *corpus* de língua escrita, houve grande preferência da condicional pela posição anteposta, o que não se verificou no *corpus* de língua falada.

Além disso, os resultados mostram que:

a) No *corpus* de língua escrita a anteposição é a posição com maior número de ocorrências em ambos os casos: naqueles em que a condicional se liga a uma construção nuclear e naqueles em que ela se liga a um sintagma. Seguem ocorrências referentes à posição da condicional modalizadora em relação ao seu âmbito de incidência²⁵. O primeiro exemplo de cada par refere-se às orações condicionais que se ligam oração principal, e o segundo exemplo, às orações condicionais que se ligam a um sintagma:

i) condicional modalizadora *se não me engano* anteposta ao âmbito de incidência

²⁴ Geralmente são dados de exatidão. Essa relação será explicada mais adiante.

(26) *Alguns casos engraçados nos fizeram rir. Só no fim do encontro me lembrei da crise. Eu era jovem e fiquei escandalizado quando o Afonso me disse que a crise lhe dava um tédio danado. **Se não me engano, até abriu a boca.*** (BNP-CR)

(27) *Não havia surgido ainda a febre dos edifícios alto; nem mesmo o "Prédio Martinelli" - arranha-céu pioneiro de São Paulo, **se não me engano do Brasil** - fora ainda construído.* (ANA-R)

ii) condicional modalizadora *se não me engano* posposta ao âmbito de incidência

(28) *De quanto foi a edição, você sabe? Eu tenho dez por cento por cada exemplar vendido, se não me engano.* (QPC)

(29) *O velho zangou-se, esbravejou, e pôs gente, - Deodato, se não me engano, - à sua procura. Encontraram-no ali, no Rio do Braço. Trouxeram-no.* (SM-R)

iii) condicional modalizadora *se não me engano* intercalada no âmbito de incidência

(30) *Daí nasceu se não me engano, a minha vocação de clown – para muitos frustrada, para mim sempre vigilante - e que um dia explodirá de mim como fogos de artifício, pasmando incrédulos e iluminando os céus.* (AL-R)

(31) *A emenda constitucional não foi enviada pelo Presidente ao Congresso, ela nasceu na Camara e foi quase que à unanimidade da Camara que ele foi votado, à exceção, se não me engano, do Deputado Hélio Bicudo.* (SI-O)

b) No *corpus* de língua falada foi encontrado um equilíbrio entre posposição e anteposição da condicional em relação ao seu âmbito de incidência, tanto nas condicionais que se ligam a orações, quanto naquelas que se ligam a sintagmas. As condicionais pospostas ocorrem em mesmo número que as condicionais antepostas, o que já se esperava, visto que esse equilíbrio já foi encontrado quando se analisou a relação de ordem entre as construções condicionais e suas nucleares²⁶. Por fim, foi encontrada apenas 1 ocorrência em que a condicional é intercalada no seu âmbito de incidência e também é intercalada na construção principal a que se liga. O primeiro exemplo de cada seção refere-se às orações condicionais que se ligam a uma oração principal, e o segundo exemplo, às orações condicionais que se ligam a um sintagma:

i) condicional modalizadora *se não me engano* anteposta ao âmbito de incidência

²⁵ Os âmbitos de incidência estão destacados com um sublinhado.

²⁶ As condicionais *se não me engano* que se ligam a orações principais, e são antepostas a elas, são, obviamente, antepostas ao âmbito de incidência, visto que a oração principal é (ou comporta) o âmbito de incidência da modalização da condicional.

(32) *LI (...) eu tive oportunidade de ver um trailer:... parece interessante fui ver as filmagens... aquele outro:: se eu não me engano é a Moreninha... não tenho... bem lembrança mas tem um outro... elaborado no tempo do Brasil Império... e:... também teve uma assistência total... eu acredito. (D2-PE: 151)*

(33) *LI (...) e e: eles então transportavam... é uma coisa que eu acho deficiente a bitola aqui por exemplo a bitola aqui no nordeste é uma no sul é outra... a categoria dos carros... é:: dos vagões... são muito inferiores... você viu por exemplo o trem... de Belo Horizonte que faz... se eu não me engano... o Vera Cruz que faz Belo Horizonte Rio de Janeiro... (D2-PE: 151)*

ii) condicional modalizadora *se não me engano* posposta ao âmbito de incidência

(34) *L I (...) não atende mais INPS, se não me engano. (D2-RS: 283)*

(35) *LI (...) a gente aqui tem o quê? um teatro Santa Isabel um teatro feito em mil oitocentos e setenta se eu não me engano... muito bonito... que realmente devia ser preservado somente pra coisas assim... de: de gabarito como o teatro clássico alguma coisa... (...) (D2-PE: 151)*

iii) condicional modalizadora *se não me engano* intercalada no âmbito de incidência (ocorrência única)

(36) *LI (...) foi um, uma experiência que procedeu a lei de Diretrizes e Bases, foi, foi a experiência que eles fizeram pra depois se não me engano elabora(r) a lei de Diretrizes e Bases. (D2-RS: 283)*

Como já se mostrou, os resultados apontam preferência pela posição anteposta da condicional *se não me engano* em relação ao seu âmbito de incidência em *corpus* de língua escrita. Esse resultado se deve ao maior uso, nesse tipo de modalidade de língua, de construções em que a condicional *se (eu) não me engano* é intercalada em uma principal. Em grande parte desses casos a condicional modalizadora, mesmo intercalada na principal, é anteposta ao âmbito de incidência, como mostram os exemplos a seguir:

(37) *(T) E, pelo que me parece, você gostaria muito que ele não soubesse desse seu negro passado. Aliás, se não me engano, foi você mesma quem falou que gostaria muito de poder voltar pra casa do seu pai um dia. (T) Não foi? (DEL-D)*

(38) *Passamos por uma avaliação rigorosa da população durante todos esses oito anos. Chegar ao final desse período com uma aprovação popular de mais de 60%, incluindo*

ótimo e bom, é um resultado excelente e, se não me engano, inédito", afirmou, ressaltando a dobradinha vitoriosa com o PT.

(39) A: *Eu já ouvi sim. E se não me engano fica no interior do Paraná.* (DEL-D)

(40) A: *Parte como Deus manda. E, se não me engano, parte como eu faço.* (Ouvem-se, vez por outra, gritos ao longe, vozes indistintas) (GCC-D)

Além de mostrarem o uso anteposto da modalização em relação ao âmbito de incidência em ocorrências em que a condicional é intercalada na oração nuclear, os três últimos exemplos têm uma característica que merece ser destacada: a condicional modalizadora é precedida de um “e”, que faz diminuir (e não necessariamente eliminar) o grau de incerteza que recairia sobre toda a proposição.

A próxima seção deste trabalho tenta caracterizar os âmbitos de incidência da modalização.

6.4 A relação entre a posição da condicional e o tipo de âmbito de incidência

O contato com os dados do *corpus* mostrou, desde o início, uma característica bem particular da construção *se (eu) não me engano*. Observou-se que essa construção se liga, muitas vezes, a uma oração nuclear que tem um elemento relacionado a dados de exatidão, (como nomes de pessoas, de livros, de lugares, quantidade, data, localização), ou liga-se a sintagmas que também carregam um dado de exatidão.

Esperava-se que a condicional em estudo neste trabalho, por estar atuando como um modalizador, relativizando o valor da proposição, tivesse um comportamento bem semelhante ao dos advérbios modalizadores epistêmicos. E foi o que se encontrou. As tabelas que se oferecem a seguir ilustram essa relação para dados de língua escrita e língua falada, respectivamente:

**Tabela 5: Relação entre a posição da condicional e o tipo de âmbito de incidência
(*corpus* língua escrita)**

Tipo de dado de exatidão	*	Anteposta	Posposta	Intercalada	Total
Denominação	CP	14	0	0	20
	CO	2	3	1	
Quantidade	CP	6	4	0	14
	CO	2	2	0	
Localização	CP	4	1	0	7
	CO	1	0	1	
Data	CP	3	1	0	6
	CO	1	1	0	
Total	CP	27	6	0	47
	CO	6	6	2	

* Tipo de relação que a condicional matem com um segmento. CP: Condicional + Principal; CO: Condicional + segmento.

**Tabela 6: Relação entre a posição da condicional e o tipo de âmbito de incidência
(*corpus* língua falada)**

Tipo de dado de exatidão	*	Anteposta	Posposta	Intercalada	Total
Denominação	CP	4	5	0	11
	CO	2	0	0	
Quantidade	CP	3	6	0	9
	CO	0	0	0	
Localização	CP	2	1	0	5
	CO	0	2	0	
Data	CP	2	0	0	4
	CO	0	2	0	
Total	CP	11	12	0	29
	CO	2	4	0	

Observa-se que, porporcionalmente, é maior o número de ocorrências de língua falada em que a modalização incide sobre algum dado de exatidão. A maioria das ocorrências dessa

modalidade de língua comporta dados referentes a denominação (37,9%) e dados indicadores de quantidade (31,1%). Dados como localização (17,2%) e data (13,7%) totalizam os 100%.

Quanto ao *corpus* de língua escrita, das 47 ocorrências que comportam dados de exatidão, 42,5% referem-se a denominação, 29,7% referem-se a quantidade, 14,7% indicam localização e 12,7% indicam data.

Nota-se que nos dois *corpora* os tipos de âmbito de incidência mais recorrentes são os mesmos. Para a verificação desses tipos de ocorrência (que comportam dados de exatidão, sobre os quais incide a modalização) seguem exemplos de língua escrita e falada:

a) Denominação:

(41) *Deve ter vindo do Instituto de Beleza, pois cheira a loção fina e tem os cabelos de um loiro recente. **Se não me engano**, chama-se Jovita. Conheci-a há mais de trinta anos, quando eu fazia a reportagem carnavalesca nos "Democráticos". (MP-R)*

(42) *LI que tipo de () ela usava ela não teve leite né? ela::...ela usou logo desde o início ela usou...o leite em pó...então ela usou muito 'Nestogen':...ela usava também...é/ fo/ quase sempre...agora ela passou a usar depois o 'Lactogen' **se eu não me engano**...ela mudou... (DID-RJ: 328)*

b) Quantidade:

(43) *caso foi estritamente o seguinte: o Banco do Brasil, como é da sua natureza, financiou uma cooperativa de Campina Grande, a Copersisal, de produtores e vendedores de sisal, e esse financiamento, **se não me engano**, de cerca de 400 milhões de cruzeiros, foi mal utilizado por pessoas da cooperativa e certamente por aqueles usuários desses empréstimos. (JL-O)*

(44) *LI mas o melhor é puxar até Governador Valadares...eu ainda acho melhor... são mil quilômetros **se não me engano** mil e uma fração é MIL quilômetros daqui até Governador Valadares e é a melhor viagem. (D2-BA: 98)*

c) Localização:

(45) *Aliás, vou te pedir para dares um pulinho lá, o mais depressa possível. O endereço tem na carta que me mandaram: é rua do Rosário, **se não me engano**. (QPC)*

(46) *F1 não fui somente a Recife fui padrinho de casamento de um amigo meu em Maceió eu fui de carro minha mulher e minha filha foram de avião então o vôo... pro Norte... e não tem escala em Maceió: em Salva... é Rio Salvador Recife vai até Belém **se não me engano** no*

retorno é que ele passa por Maceió então fui até Recife pra trazer minha mulher e minha filha... (D2-RJ: 158)

d) Data:

(47) *Há poucos dias, se não me engano, anteontem, novamente a imprensa voltou a anunciar um escândalo novo no Banco do Brasil, repetindo o tal caso de Campina Grande. (JL-O)*

(48) *L1 (...) a gente aqui tem o quê? um teatro Santa Isabel um teatro feito em mil oitocentos e setenta se eu não me engano... muito bonito... que realmente devia ser preservado somente pra coisas assim... de: de gabarito como o teatro clássico alguma coisa... (...) (D2-PE:151)*

Esclarece-se que o tipo de dado de exatidão intitulado *denominação* é mais heterogêneo. Ele abarca dados como nome de pessoas, livros, objetos, ou seja, denominação em geral.

Um outro grupo heterogêneo é o da quantidade (o segundo mais recorrente). Esse grupo abarca não apenas dados contáveis, como também não contáveis.

Um outro grupo de fatores que se mostrou de grande importância para este trabalho é o tipo de sequência textual em que ocorre a construção *se (eu) não me engano*. A próxima seção trata de explicar essa relação.

6.5 Os tipos de sequência textual e o segmento *se (eu) não me engano*

A expressão ‘tipo textual’ refere-se ao estudo de “uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)” (MARCUSCHI, 2002, p.22). Marcuschi identifica cinco tipos textuais: **narração, argumentação, exposição, descrição, injunção**.

Baseado em Werlich (1973), que propõe critérios a partir de estruturas linguísticas típicas que formam a base do texto, Marcuschi (2002) apresenta os elementos centrais, característicos de cada um dos cinco tipos de bases temáticas textuais típicas, definidoras de cada tipo textual. O seguinte quadro relaciona os tipos textuais com os seus elementos centrais

Quadro 7: Tipos textuais

Tipo textual	Elementos centrais na organização dos textos
Narrativo	Sequências temporais
Descritivo	Sequências de localização
Expositivo	Sequências analíticas ou explicativas
Argumentativo	Sequências contrastivas explícitas
Injuntivo	Sequências imperativas

Fonte: Marcuschi (2002).

Como forma de análise, Marcuschi (2002) busca identificar as sequências textuais presentes em uma carta trocada entre amigos. Neste trabalho, no que concerne à língua escrita, buscou-se separar as ocorrências de acordo com os diferentes tipos de textos encontrados no *corpus* (técnico, jornalístico, dramático, romanesco, oratório, etc.). No que concerne à língua falada, o *corpus* utilizado também já traz a sua própria divisão de acordo com o tipo de inquérito: entrevista, diálogo entre dois informantes, elocução formal. O interesse aqui é identificar as sequências típicas de cada parte do *corpus* em que ocorre a construção em estudo.

Para a análise que aqui se propõe, a tipologia encontrada em Marcuschi (2002) apresenta um ponto que desfavorece a sua utilização neste trabalho. Visto que as sequências analisadas são geralmente pequenas, muitas vezes não é possível diferenciar uma sequência expositiva de uma sequência argumentativa. Optou-se então por se utilizar a divisão de tipos textuais feita por Neves (no prelo a). Para a autora, as sequências textuais (“trechos de **texto** de um determinado **tipo**”) são definidas pela sua função na elaboração textual. São então identificados quatro tipos textuais, ou seja, designações para sequências típicas.

Quadro 8: Tipos de sequência textual

Tipo de sequência	Função linguística
Narrativa	Relacionar temporalmente eventos em relatos
Descritiva	Indicar características de elementos ou fatos em determinado momento
Expositiva/dissertativa	Fazer conhecer mediante representação de ideias, reflexões, explicações, avaliações
Injuntiva	Orientar para alguma ação ou reação

Fonte: Neves (no prelo a)

A ótica pela qual a autora analisa os tipos textuais não distingue o tipo argumentativo (chamado por ela de ‘dissertativo’) do tipo expositivo. Partindo desse ponto, por uma questão de adequabilidade do projeto, consideram-se aqui para a análise os quatro tipos textuais identificados por Neves (no prelo a).

Seguindo essa proposta cada ocorrência dos *corpora* foi analisada com o objetivo de identificar a que tipo textual pertencem. A seguinte tabela mostra a relação entre o tipo de sequência textual e os *corpora* utilizados para a pesquisa:

Tabela 7: Tipo de *corpus* e tipo de sequência textual

	Expositiva	Narrativa	Descritiva
Língua escrita	51 51,50%	43 43,43%	5 5,05%
Língua falada	27 69%	8 20,50%	4 10,50%

Observou-se, entre outras questões, que, especialmente nas sequências narrativas, o uso de *se não me engano* está associado geralmente à falta de lembrança a respeito de algum dado narrado, como se vê nos exemplos:

(49) *Inf: (...) INgratamente não me recordo do apresentador do programa que era o produtor também...éh::José Carlos Romeu... se eu não me engano era o nome dele...então ele nos deu muito apoio fazendo promoção propaganda da nossa peça inclusive fez uma entrevista no programa dele uma noite com::parte do::da::da::equipe da do dos artistas e da equipe da da peça... (DID-SP: 161)*

- (50) *Estou cansado de saber. Uma câmara francesa. Tem super-8 e tem dezesseis. **Se não me engano**, tem até de trinta e cinco. Só que não consigo me lembrar.* (FE-CR)
- (51) *Inf: olha, vocês me apertaram ah, ah, ah, (risos) é, era quatro anos normalmente era quatro anos, agora pare, eu não sei o, o, o, parece que houve uma alteração por uma das emendas constitucionais ou pela Constituição, parece que está em cinco anos, **se não me engano** é cinco anos **se não me engano**.* (D2-RS: 08)

Nos casos dessas ocorrências, o valor de incerteza é reforçado pelo uso frequente de sequências que indicam uma falha de memória (*não consigo me lembrar, não me recordo*) ou um desconhecimento do tema (*eu não sei*). Também foi encontrada a forma *parece* atuando como modalizador epistêmico (GONÇALVES, 2003) e reforçando o descomprometimento do falante com relação ao conteúdo anunciado.

Dentre os outros tipos de sequências encontradas estão a descritiva e a expositiva/dissertativa. Não foram encontradas sequências injuntivas. Esse resultado já era esperado uma vez que a condicional em estudo expressa dúvida, descomprometimento com o conteúdo proposicional, não podendo pois, estar em uma construção usada para dar ordem.

O segmento *se não me engano* ocorreu mais em sequências expositivas/dissertativas, tanto no *corpus* de língua escrita (51,5%), quanto no *corpus* de língua falada (69%). O outro tipo de sequência textual que favoreceu o uso do *se não me engano* foi o narrativo, com 43,43% das ocorrências de língua escrita e 20,5% das ocorrências de língua falada. Para verificar se o fato de, na língua escrita, ocorrerem em uma quantidade significativamente maior sequências narrativas (se comparadas com ocorrências do *corpus* de língua falada) se deve ao tipo de textos que compõem o *corpus*, foi feito um cruzamento entre as variáveis *tipo de texto que compõe o corpus* e *sequência textual*.

O *corpus* de língua escrita é formado pelos seguintes tipos de “literatura” (como chamam os responsáveis pela sua organização): romanesca; dramática; técnica; jornalística, crônicas e correspondências; oratória; propaganda. Feito o cruzamento entre o tipo de literatura e o tipo de sequência textual verificou-se que a maioria das ocorrências (52%) é do tipo literatura romanesca, e 22% são do tipo crônica.

Investigou-se se, no tipo ‘literatura romanesca’, essas sequências textuais narrativas são pertencentes à parte essencialmente narrativa do texto ou aos diálogos. Os resultados mostram que a maioria das ocorrências é pertencente a diálogos entre as personagens das obras de ficção (55%) e a outra parte (45%) pertence ao relato (voz do narrador).

O que se nota, pois, é que a diferença entre a quantidade de sequências narrativas encontradas no *corpus* de língua escrita e no *corpus* de língua falada não é justificada somente pelos tipos de textos que compõem o *corpus* de língua escrita, uma vez que a maioria das ocorrências de *se (eu) não me engano* ocorreu em partes que tentam reproduzir situações reais de fala (diálogos entre as personagens).

Nota-se, ainda, que a condicional em estudo ocorre menos em sequências descritivas. Apenas 5% das ocorrências de língua escrita e 10,5% das ocorrências de língua falada ocorreru nesse tipo de sequência textual. A seguir, apresentam-se ocorrências da condicional *se não me engano* (de língua escrita e falada, respectivamente) em cada um dos tipos de sequências textuais em que ocorreram:

a) Sequência expositiva/dissertativa:

(52) *Deu-se isto, se não me engano, no correr do ano de 1899. Onde está, pois, a minha traição? Onde está a prova de que eu deva a minha cadeira de Deputado a nova orientação tomada pelo diretório de Santarém? Onde está a traição por parte do Sr. Turiano Meira e demais amigos?* (ACD-O)

(53) *Inf: há...existe, pode have(r) uma certa competição profissional pelo número elevado de pessoas e pela ah profusão de faculdades também de Direito, haja vista aqui no Rio Grande do Sul, se não me engano, são nove ou dez faculdades de Direito e...evidente que se forma um número grande de bacharéis, mas....aqueles que têm melhores condições, que estão melhores preparados, em qualque(r) um dos campos, tanto na...na parte vamos dize(r) assim essencialmente profissional de escritório particular, como em qualque(r) outra empresa pública ou privada ainda há condições* (DID-RS: 08)

b) Sequência narrativa

(54) *-E nenhum dos três teve morte natural. Minto: o velho Olivério morreu de doença, uremia se não me engano... Mas o filho se atirou na lagoa e morreu afogado. Se lembram? O velho lembrava-se. O militar era novato na cidade, estava em Jacarecanga havia poucos meses, não conhecia o morto, viera ao velório "por uma questão de solidariedade humana" -como já tinha explicado ao velho, acrescentando que era "espírita dos quatro costados".* (LSO-R)

(55) *Inf: já ah, fracturei o...dedo - não sei como é o nome que se diz isso- termo, termo técnico, aliás - minguinho, né? ah...ocorreu da seguinte maneira: ah, quando era*

pequeno, fazendo as compras, e...naquele tempo tinha aquelas moedas grandes, era dois mil réis naquela época, se eu não me engano,...e em dia chuvoso - se bem que parou a chuva - ficou assim um...um nevoeiro ficou um nevoeiro e eu vinha com essa...com o troco na mão das compras e vinha meio correndo pra chega(r) cedo em casa e resvanei nessa...em determinado...local e...e cá fiquei apoiado sobre essa...moeda no chão e fraturou em dois locais ao mesmo tempo e aí...pronto socorro direto (DID-RS: 09)

c) Sequência descritiva:

- (56) *A sala é ampla, clara e se parece com várias outras de igual categoria. Ele tem Carijó e Helmut na parede e, se não me engano, Tito de um lado. Arte decorativa do momento! Dos dois vasos de plantas, que completam a decoração, um está morrendo. (CH-R)*
- (57) *Inf: e ainda tem outro que, se não me engano, dobra todo, fica pequenininho, a gente abre e coisa e tal... (DID-BA: 66)*

Um outro grupo de fatores que também se mostrou importante para este trabalho é o tipo de predicação a que se liga a condicional *se (eu) não me engano*. A próxima seção trata de explicar essa relação.

6.6 Os tipos de predicação e o segmento *se (eu) não me engano*

Partindo do princípio de que o grau de integração entre as orações pode ser medido a partir de propriedades semântico-pragmáticas, como correferencialidade de sujeito, tempo e modo verbal (LEHMANN, 1988), este trabalho examina quais propriedades são compartilhadas entre *se (eu) não me engano* e sua oração principal. O objetivo desse exame é caracterizar o tipo de predicação a que se liga *se (eu) não me engano* e assim medir o grau de integração entre as orações.

Para o primeiro parâmetro de análise investigado considerou-se que a predicação pode ser de ação, estado, processo (CHAFE, 1970). O exame desse parâmetro procurou mostrar sobre qual tipo de proposição o segmento *se (eu) não me engano* imprime o seu valor modal.

No *corpus* de língua escrita, das 78 ocorrências do tipo condicional + oração nuclear, 50 (64%) têm verbo que indica estado, 22 (28%) têm o verbo que indica ação e apenas 6 (8%) têm verbo que indica processo.

O segundo parâmetro investigado diz respeito ao tempo verbal da oração principal. De acordo com as análises observou-se que a maioria das orações principais a que se liga a

condicional *se (eu) não me engano* têm o verbo no presente do indicativo (29 ocorrências – 38%) e no pretérito simples do indicativo (25 ocorrências – 32%). As outras formas verbais que também ocorreram em maior quantidade foram o imperfeito do indicativo (13 ocorrências – 16%) e o particípio (9 ocorrências – 9%). Também foi encontrada pelo menos uma ocorrência de cada uma das seguintes formas verbais: infinitivo, pretérito mais-que-perfeito do indicativo, gerúndio, futuro de presente do indicativo.

Observa-se que não foi encontrada nenhuma ocorrência com a oração nuclear no modo subjuntivo. Não é comum, mesmo, que orações condicionais se liguem a orações nucleares que têm o verbo no modo subjuntivo. Neves (2000, p. 848), ao fazer o mapeamento das relações temporais mais encontradas nas expressões das condicionais factuais, contrafactuais e eventuais, mostra que o modo subjuntivo não é o mais recorrente na principal.

A seguir, encontram-se ocorrências retiradas do *corpus* de língua escrita que trazem os dois tempos verbais mais recorrentes na investigação. Para cada modo verbal serão mostradas ocorrências com verbo de ação e de estado, respectivamente, uma vez que esses foram os tipos verbais mais encontrados.

a) presente do indicativo

(58) *Notei a ausência do Doutor Altamiro. E não vi também a Marieta do Riachinho, que aliás, se não me engano, não é filha de Maria.* (BDI-R)

(59) *A: Parte como Deus manda. E, se não me engano, parte como eu faço.* (Ouvem-se, vez por outra, gritos ao longe, vozes indistintas). (GCC-D)

b) pretérito simples do indicativo

(60) *Depois vejo a mudança e nos distanciamos. Miguel abandonou-a, ligou-se a outra, no civil. Se não me engano, ligou-se também a uma índia, na lei dos índios, para as bandas do Amazonas. Mocinha desapareceu e não deixou vestígio.* (INF-R)

(61) *O primeiro argumento que S. Exmo. apresentou, se não me engano, foi o da inoportunidade. S. Exmo. considera inoportuno o projeto sobre tudo o substitutivo, porque presentemente o Senado, está ocupado com um projeto de reforma geral enviado desta Câmara.* (ACD-O)

Das 29 ocorrências que trazem o verbo na oração principal no presente 24 são verbos de estado, 4 de ação e apenas 1 de processo. Das 25 ocorrências que trazem o verbo no pretérito perfeito simples 11 são verbos de estado, 10 de ação e 4 de processo. Das 13

ocorrências que trazem o verbo no pretérito imperfeito 10 são de estado e 3 de ação. Não foram encontradas ocorrências com verbos indicando processo.

Como mostram os números, no tempo presente há um uso muito maior de verbos de estado do que de ação. Nas ocorrências com o verbo no pretérito perfeito não foi encontrada essa diferença de uso entre os tipos ação e estado, mas sim uma quase igualdade numérica de uso dos dois tipos (10 ocorrências de verbos de ação e 11 de verbos de estado).

A análise do *corpus* de língua falada mostrou que, das 31 ocorrências do tipo condicional + oração nuclear, 26 (83%) têm verbo que indica estado, 4 (13%) têm verbo que indica ação e apenas 1 tem verbo que indica processo.

A maioria das orações principais a que se liga a condicional *se (eu) não me engano* tem o verbo no presente do indicativo (19 ocorrências – 61%). A ocorrência de outras formas verbais que também se mostraram relevantes são o pretérito perfeito (6 ocorrências – 20%) e imperfeito do indicativo (5 ocorrências – 19%). Também foi encontrada 1 ocorrência com o verbo no infinitivo.

Assim como no *corpus* de língua escrita, também não foi encontrada nenhuma ocorrência com verbo no subjuntivo. A grande maioria das ocorrências (16 do total de 39) que têm o verbo no presente do indicativo são de estado e apenas 1 ocorrência tem verbo de processo e nenhuma tem verbo de ação. Dos 6 verbos do pretérito perfeito 4 são de estado e 2 de ação. Dos 5 verbos que estão no pretérito imperfeito 4 são de estado e 1 de ação. Para o propósito deste trabalho, no entanto, esse grupo se mostrou pouco relevante.

A seguir, ocorrências de tipos mais recorrentes no *corpus* de língua falada:

a) presente do indicativo

(62) (...) *eu tive oportunidade de ver um trailer:... parece interessante fui ver as filmagens... aquele outro:: se eu não me engano é a Moreninha... não tenho... bem lembrança mas tem um outro... elaborado no tempo do Brasil Império... e:... também teve uma assistência total... eu acredito (...)* (D2-PE: 151)

b) pretérito perfeito

(63) (...) *não eu peguei aquele primeiro ano de prova integrada, não ainda o unificado, a prova, o primeiro houve uma prova integrada que não não foi valorizada, se eu não me engano foi em sessenta e cinco, em sessenta e seis foi a primeira prova integrada com valor, foi que usaram pra classificação (...)* (D2-RS: 283)

(64) (...) *a função dela de empresa governamental... quando o governo... obrigou a companhia a devolver se eu não me engano vinte libras... a cada proprietário de de telefone... isso eu acho que vai acontecer muito no Brasil...* (D2-PE: 151)

Os números encontrados nas análises dos dois *corpora* mostram que há uma grande predominância de verbos de estado na oração principal a que se liga a condicional. Isso indica que são os valores de verdade das proposições que estão sendo questionados.

Outro grupo de fatores analisado diz respeito à correferencialidade do sujeito nas duas orações. De todas as ocorrências analisadas, dos dois *corpora*, foram encontradas apenas 5 em que o sujeito da oração principal e da condicional são o mesmo.

Os resultados encontrados com o exame desses três parâmetros de análise não permitem fazer nenhuma afirmação no sentido de haver uma forte integração sintática entre *se (eu) não me engano* e a oração principal. Apesar de a maioria dos verbos das orações principais a que se ligam o segmento em análise ser de estado, coincidindo com a forma do verbo da construção, os outros dois parâmetros testados não permitem afirmar que a condicional em estudo está mais arraigada a sua principal.

A seguir, apresenta-se uma análise (partindo dos estudos de gramaticalização) que procura verificar se a condicional em estudo, devido à sua grande mobilidade sintática e à sua fixidez interna, está se gramaticalizando.

6.7 A gramaticalização da condicional *se (eu) não me engano*

A fim de verificar se a forma da condicional em estudo é preservada pela repetição (BYBEE, 1995), fez-se uma pesquisa nos dois *corpora* que procurou identificar as formas variantes da expressão *se (eu) não me engano*. Buscaram-se inclusive as formas que ocorrem com outra pessoa do discurso, que não a primeira (mesmo sabendo-se que o efeito de sentido é diferente e o valor de modalização da construção deixa de existir).

No que diz respeito às formas que compartilham natureza com a condicional *se (eu) não me engano* (valor de modalizador, marca de primeira pessoa, relação com o segmento nuclear), foram encontradas 2 ocorrências de *se (eu) não estou enganado* em língua oral e 4 em língua escrita, e 2 ocorrências de *se (eu) não estou equivocado* em língua escrita.

(65) *Florença tem um museu célebre que o Fizi...e::e tem...telas lindas...tem::ah::peças de de::escultura muito bonitas inclusive o:: “David” de Michelangelo está lá...e::se eu não estou enganado hein...* (DID-SP: 137)

(66) *Diz que é viúva de um funcionário do Senhor Barão de Pirapuama, mais tarde de Vossa Excelência, um certo Horácio Bonfim, se não estou equivocado.* (VPB-R)

Um outro tipo de construção que apresenta características semelhantes à condicional *se (eu) não me engano é salvo engano*. Como já foi explicado na parte 6 desta dissertação, a construção *salvo engano*²⁷, apesar de compartilhar algumas características com *se (eu) não me engano*, como a impressão de valor de dúvida sobre a proposição a que se liga, não marca o comprometimento do falante da mesma forma que faz *se (eu) não me engano*, como se verifica na seguinte ocorrência:

(67) ***Salvo engano***, começa assim: (S-R)

Voltando às ocorrências que têm uma relação quase de sinonímia com a condicional *se (eu) não me engano*, notou-se, com as análises dos *corpora*, que a quantidade encontrada desse outro tipo de ocorrência (*se não estou enganado*) é significativamente inferior à quantidade da condicional em foco. Dessa forma, pode-se dizer que a noção de ‘repetição da forma’ (proposta por Bybee, 1995) configura mais uma evidência de que a condicional em estudo está caminhando para um nível mais gramatical.

As outras formas de construção que carregam a conjunção condicional *se* e o verbo *enganar*, mas que não têm o verbo conjugado na primeira pessoa do singular, são do tipo *se + pessoa* (-1^{as})²⁸ + *não* + *enganar-se* e do tipo *se + pessoa* (-1^{as}) + *não* + *estar enganado*. A busca por esse tipo de construção foi feita a fim de verificar se há ou não grande variabilidade paradigmática (obrigatorização da forma), o que poderia direcionar a investigação que aqui se propõe como um caso de gramaticalização. Nos *corpora* analisados não foi encontrada nenhuma ocorrência do tipo *se + pessoa* (-1^{as}) + *enganar-se* nem do tipo *se + pessoa* (-1^{as}) + *estar + enganado*.

Por ora, interessa apurar se os diferentes usos²⁹ da condicional *se (eu) não me engano* permitem classificar essa condicional em estudo como mais ou menos gramatical de acordo com as particularidades apresentadas. Para isso, parte-se dos usos de *se (eu) não me engano* em que a condicional se liga a uma oração nuclear. Considera-se que esses tipos de uso da condicional em estudo estariam mais próximos de usos prototípicos de construções condicionais, justamente por estabelecerem uma relação³⁰ *principal + condicional*. Nesses casos a condicional estaria funcionando como relativizadora do valor de verdade de toda a proposição a que se liga, o que revela o seu valor modal, como mostram as ocorrências

²⁷ Como foi encontrada apenas uma ocorrência desse tipo de construção, repete-se a ocorrência analisada na parte 6 desta dissertação.

²⁸ Lê-se: primeira pessoa do singular.

²⁹ Já identificados com a análise dos grupos de fatores estabelecidos.

³⁰ Ver parte 3.3 que trata da relação condicional.

(68) – *Era um menino. **Se não me engano** ainda usava calças curtas. Não precisavam ter feito isso.* (CCI-D)

(69) *Aliás, **se não me engano**, foi você mesma quem falou que gostaria muito de poder voltar pra casa do seu pai um dia.* (DEL-D)

O valor de verdade de toda a proposição está posto em xeque na primeira ocorrência (*ainda usava calças curtas*), como também se observa na segunda ocorrência (*Aliás, foi você mesma quem falou que gostaria muito de poder voltar pra casa do seu pai um dia*).

O segundo tipo de uso identificado da condicional em estudo é aquele em que também se tem a união de *se (eu) não me engano* a uma principal, no entanto o valor de modalização não mais incide sobre toda a proposição, mas sim sobre uma parte específica dela³¹ (um sintagma), como mostram as seguintes ocorrências

(70) *LI: mas o melhor é puxar até Governador Valadares...eu ainda acho melhor... são mil quilômetros **se não me engano** mil e uma fração é MIL quilômetros daqui até Governador Valadares e é a melhor viagem.* (D2-BA: 98)

(71) *Deve ter vindo do Instituto de Beleza, pois cheira a loção fina e tem os cabelos de um loiro recente. **Se não me engano**, chama-se Jovita. Conheci-a há mais de trinta anos, quando eu fazia a reportagem carnavalesca nos "Democráticos".* (MP-R)

Nos dois casos há oração principal (*são mil quilômetros*, a primeira e *chamava-se Jovita*, a segunda) mas, no que diz respeito ao funcionamento modal da condicional *se (eu) não me engano*, não é o valor de verdade de toda a proposição que está sendo relativizado. Na primeira ocorrência o âmbito de incidência da condicional é um dado de exatidão, mais especificamente uma quantidade (*mil quilômetros*), e na segunda ocorrência o âmbito de incidência é uma denominação, ou seja, o nome de uma pessoa (*Jovita*).

Nesse tipo de relação que a condicional em estudo estabelece com a sua principal, ainda se tem uma condicional ligada a uma principal. No entanto, no que diz respeito ao valor modal de *se eu não me engano*, nota-se que em tal relação esse valor modal está mais acentuado, uma vez que o âmbito de incidência da modalização é mais específico.

O terceiro tipo de uso da condicional em estudo é aquele em que *se (eu) não me engano* não se liga a uma oração principal, mas sim a um sintagma, como mostra a seguinte ocorrência

³¹ Outros exemplos podem ser consultados na análise quantitativa do grupo de fatores *tipo de âmbito de incidência da oração modalizadora se (eu) não me engano*

(72) *F1: ainda na estrada você vê: tem um monte de complexos por ali se não me engano de plástico parece que já estão fabricando matérias primas* (D2-RJ: 158)

A relação condicional dessa ocorrência não é a prototípica, uma vez que não há uma oração principal ligada a uma oração condicional, mas sim uma oração principal ligada a um sintagma (*de plástico*). No entanto, no que diz respeito ao valor modal da condicional, verifica-se que o fato de ela incidir sobre uma parte específica do enunciado (o sintagma *de plástico*) dá a *se não me engano* um valor modal mais acentuado.

Esse estreitamento (especificação) do elemento em que incide a modalização propicia a aplicação do parâmetro de gramaticalização de Lehmann chamado escopo. De acordo com o autor com o aumento da gramaticalização de um item, o seu escopo tende a diminuir (LEHMANN, 1982, p.128). Isso leva a pensar que nos casos em que *se (eu) não me engano* incide sobre um âmbito de incidência mais específico, ele está mais gramaticalizado.

Também foram encontradas ocorrências que apresentam um comportamento mais específico no que diz respeito ao valor modal e à colocação sintática, como as seguintes:

(73) *Pecado Capital tinha muita coisa a seu favor, além de uma autora que rompia com os preconceitos que o seu pseudônimo, ou pseudo pseudônimo, pudesse despertar. Foi -- se não me engano outra vez – o primeiro uso da cor em novelas do horário.* (IS)

(74) *De outra feita foi um senhor barbudo e respeitável - prof. Diltbey, se não me engano - quem desferiu um soco violento no olho esquerdo do fabricante de bilboquês, só porque este lhe dissera que a sia é maior do que a frica e tentara provar com bons modos sua audaciosa teoria.* (AL-R)

Nessas duas ocorrências, a condicional em estudo apresenta comportamento de um parêntese, no enunciado. É também sobre a classificação de *se (eu) não me engano* como um parentético epistêmico que se encontra, pois, mais uma diferença entre essa condicional e as condicionais prototípicas, uma vez que ela pode ligar-se a sintagmas e atuar sobre o valor de verdade desses sintagmas (*outra vez*, na primeira ocorrência e *prof. Diltbey* na segunda ocorrência).

Essa avaliação de *se eu (não) me engano* como parentético epistêmico é pautada na proposta sobre parênteses discursivos desenvolvida por Jubran (1999), que estabeleceu funções textual-interativas desse tipo de segmento discursivo-textual. Como mostra a autora, os parênteses constituem

um dos recursos pelos quais os interlocutores articulam o texto falado, manifestando, na sua materialidade lingüística, as posições que assumem na situação de enunciação e o correlativo envolvimento com o ato de fala que executam (JUBRAN, 1999, p.131).

Continua a autora com a indicação de que

através dos procedimentos parentéticos, são explicitadas avaliações que os interlocutores fazem do quadro sociocomunicativo no qual interagem, pondo à mostra, assim, o processamento discursivo (JUBRAN, 1999, p.131).

No que diz respeito à ligação entre as orações, nesse tipo de uso *se não me engano* apresenta um comportamento menos condicional (justamente por não estabelecer uma relação prototípica de condicionalidade), e mais modal (por estar posta em certa parte específica do discurso para marcar dúvida).

Nota-se que, conforme a condicional em estudo perde valor de condicionalidade, ela ganha valor de modal, e à medida que ela ganha esse valor modal, ela perde valor condicional. Logo, a perda de um valor implica no ganho de outro valor. Sugere-se que essa relação seja configurada da seguinte maneira:

Condicional > condicional modal > modal condicional

Quanto mais o valor modal da condicional estiver acentuado, e mais específico for o âmbito de incidência da modalização, mais dessentencializado (LEHMANN, 1988) estará *se eu não me engano* pois ele passa a funcionar como um constituinte oracional.

6.8 A (inter)subjetividade de *se (eu) não me engano*: um jogo duplo?

As análises que serão empreendidas neste ponto da dissertação partem da noção de (inter)subjetividade proposta por Traugott (2010) e do *cline* que se segue (também proposto pela autora)

não/menos subjetivo - subjetivo - intersubjetivo

Como já foi mostrado nesta dissertação³², para Traugott (2010) a subjetividade é entendida como a relação entre o falante e suas atitudes e crenças, e a intersubjetividade está relacionada com a preocupação do falante com a autoimagem de seu ouvinte.

O objetivo principal das análises é verificar os graus de subjetividade que *se (eu) não me engano* pode apresentar. Coloca-se especialmente em questão se essa condicional propicia uma leitura intersubjetiva em contextos específicos.

A própria forma da condicional *se (eu) não me engano* indica subjetividade, uma vez que o “eu” está presente. Essa subjetividade, no entanto, não se restringe à forma da condicional, ela também se manifesta na indicação de atitude do falante diante do que

³² Ver partes 4.3 e 6.8 que tratam da noção de (inter)subjetividade de Traugott (2010).

enuncia. Como foi mostrado nas análises que avaliaram *se (eu) não me engano* como um modalizador epistêmico, essa condicional imprime marcas de incerteza sobre uma proposição.

Em alguns usos de *se (eu) não me engano* o seu valor ultrapassa a marcação de dúvida (intencional ou não). Em tais usos essa condicional tem uma dupla função: marca a preservação da face³³ do falante (GOFFMAN, 1967) e a preservação do ouvinte e de sua autoimagem (TRAUGOTT, 2010).

A necessidade de o falante preservar a sua face torna-se particularmente relevante em situações em que ele se dirige de forma direta ou indireta ao seu interlocutor, como na seguinte ocorrência:

(75) L 2 *não tinha nem lugar no hospital, né, não tinha, e quando, quando viram que era particular, então, apareceu apartamento com ar condicionado, com telefone, com isso e com aquilo aí apareceu, aí tinha lugar, o troço, o troço é revoltante, sabe*

L 1 *e agora o Ernesto Dornelles é só, é só IPE*

L 2 *eu não sei*

L 1 *não atende mais INPS, se não me engano*

L 2 *(inint) eu, eu ouvi uma*

L 1 *e o Moinho de Vento também, agora é só IPE, (inint) organizações, não sei como é que funciona*

L 2 *total, como eu não pretendo te(r) mais filho, né (inint) (D2-RS:283)*

Esse trecho, retirado de um diálogo entre dois informantes, permite uma análise de como se dá o jogo duplo de preservação da face do falante e de sua preocupação com o ouvinte (intersubjetividade). Nessa passagem do diálogo o falante L1 considera que L2 não compartilha o mesmo conhecimento que ele, e enuncia a informação (*não atende mais INPS*) de uma maneira polida, utilizando a condicional *se (eu) não me engano*. O valor dessa condicional, no entanto, não se restringe a uma marcação de polidez, mais que isso, ela indica que o falante não tem total certeza do valor de verdade da proposição (*não atende mais INPS*), o que afirma a sua função de modalizador epistêmico. Marcando a sua não certeza, o falante preserva a sua face quanto a uma possível objeção por parte do ouvinte.

A próxima ocorrência, retirada de um romance, deixa evidente o jogo duplo da leitura intersubjetiva e de preservação de face que a condicional em estudo pode ter:

³³ Preservação de face é um conceito utilizado pela análise da conversação.

(76) *Por mim, não tinha a menor dúvida: fora a primeira coisa que Dona Leonor lhe dissera, na véspera, quando o vira chegar, pouco antes do jantar. Não quis, porém, enveredar por um possível caminho de discussão e briga. Preferi responder:*

*"- Fui. Já era tarde para desavisar e como papai não pretende demorar muito..." Carlos sorriu de mau jeito e perguntou: "- Você acha que demorar muito ou demorar pouco tinha grande significação... num caso desses?" "- Que caso?", indaguei, como se não tivesse entendido bem. Dessa vez, ao responder, Carlos não sorriu de forma: "- Tratava-se de obedecer ou não obedecer..." Interrompi logo: "- **Se não me engano**, você mesmo disse..." Naturalmente, a correção não me deixou ir adiante: "- De obedecer a uma sugestão, a um conselho... de atender a um pedido expresso".referência*

Como se nota, o próprio contexto marca que o falante não quis *enveredar por um possível caminho de discussão e briga*. Para não enveredar por esse possível caminho, o falante usa a condicional *se eu não me engano* como um recurso de atenuação para refutar o seu interlocutor (você mesmo disse). Nesse tipo de uso do *se (eu) não me engano* (em que o falante se mostra preocupado em proteger a autoimagem do seu ouvinte) percebe-se que há um aumento de intersubjetividade pragmática (TRAUGOTT, 2010).

Outro contexto de uso de *se (eu) não me engano* que favorece uma leitura intersubjetiva é aquele em que o locutor contesta, pautado em uma evidência, uma informação oferecida pelo seu interlocutor, como se vê a seguir:

(77) *Numa perguntou:*

-Muitos filhos, minha senhora?

-Um, uma filha.

*-Julguei que fossem mais. Os jornais, **se não me engano**, disseram...*

-São do primeiro casamento. Estão maiores, os filhos; e a filha, casada.

A senhora alongou o busto e explicou imediatamente:

-Não é justo, doutor, que o governo deixe na miséria a viúva e a filha de um homem que tanto trabalhou pela pátria. (NN-R)

Nesse trecho, retirado do *corpus* de língua escrita, a resposta (*Um, uma filha*) oferecida pela pergunta (*Muitos filhos, minha senhora?*) é refutada pelo interlocutor (*Julguei que fossem mais*), com base em uma evidência (*Os jornais disseram*). A condicional *se (eu) não me engano* é usada como um recurso de atenuação da refutação, o que mostra uma preocupação do falante com a autoimagem do seu ouvinte (intersubjetividade).

Foi observado que, no *corpus* de língua falada, *se (eu) não me engano* com valor intersubjetivo ocorreu especialmente no tipo de inquérito D2 (diálogo entre dois informantes),

e, no *corpus* de língua escrita, ocorreu particularmente em partes de diálogos de textos narrativos. Observou-se também que o contexto de uso que favorece essa leitura é aquele em que um falante refuta uma informação de seu interlocutor.

As análises mostram que a condicional em exame pode ser avaliada como um modalizador epistêmico que, em contextos específicos de uso, pode expressar subjetividade e intersubjetividade. E além de manifestar essa (inter)subjetividade, *se (eu) não me engano* mostra-se um recurso de preservação de face.

A seguir, analisa-se outra expressão que produz efeito de sentido semelhante ao da condicional *se (eu) não me engano*.

6.9 As semelhanças e diferenças funcionais de construções modalizadoras

O objetivo geral de se relacionar, neste trabalho, o verbo *achar* em seu uso modal e a condicional *se (eu) não me engano* é mostrar as semelhanças e diferenças funcionais no uso de construções modalizadoras.

Com a modalização o falante marca o seu enunciado como certo, verdadeiro, ou, ao contrário, expressa dúvida, não comprometimento com o conteúdo proposicional, reconhecendo-se várias formas de marcar essas intenções no enunciado. E são diversas as formas de expressão de modalidade, como mostra a sistematização de Koch (2010): a) advérbios ou locuções adverbiais (*talvez, provavelmente, certamente, possivelmente*, etc.); b) verbos auxiliares modais (*poder, dever*, etc.); c) construções de auxiliar + infinitivo (*ter de + infinitivo, precisar (necessitar) + infinitivo; dever + infinitivo*, etc.); d) “orações modalizadoras” (*tenho a certeza de que..., não há dúvida de que..., há possibilidade de..., todos sabem que..., etc.* (KOCH, 2010, p. 50).

A respeito desse último tipo de recurso modalizador apontado, (orações modalizadoras), considera-se aqui que a construção *se não me engano* integra essa categoria, estando, pois, no mesmo nível de uma das construções usadas de exemplo pela autora *não há dúvida de que*. No entanto, a condicional *se (eu) não me engano* expressa justamente o contrário da construção *não há dúvida de que*, uma vez que, do ponto de vista dos valores de certeza/verdade, a condicional *se (eu) não me engano* fica entre os pólos da certeza e da não certeza (Halliday, 1970), e a construção “não há dúvida de que” modaliza o enunciado atribuindo-lhe a ele um valor de verdade, mesmo que condicionado à confiabilidade da fonte da informação (evidência).

Outras expressões já estudadas no português do Brasil que, em alguns contextos linguísticos, têm a mesma função de *se (eu) não me engano*, indicando dúvida e não certeza, são *acho (que)* (GALVÃO, 1999) e *parece (que)* (GONÇALVES, 2003). Por considerar que a expressão *eu (acho)* compartilha mais natureza com *se (eu) não me engano*, esta seção restringe-se à comparação entre as duas expressões.

Galvão (1999) fez um mapeamento das características básicas da expressão³⁴ (*eu*) *acho*. Neste trabalho foi feita uma distinção estrutural dos tipos de *achar*, e individualizadas as propriedades sintático-semânticas por eles apresentados. Estabelecidas essas propriedades, foi feito um reconhecimento das funções lexicais e gramaticais exercidas pela forma *achar* em diferentes contextos.

Aqui se recorre às formas de *achar* identificadas pela autora, com o objetivo de identificar pontos de contato e de contraste entre os usos de *achar* portadores de valor modal e ocorrências da construção *se (eu) não me engano* (portadoras do mesmo valor modal).

Galvão (1999) identificou quatro tipos diferentes de uso do verbo *achar*. O chamado *achar1* é aquele que funciona no enunciado como núcleo da predicação, portanto, é um verbo pleno, podendo ser de ação e de processo. O tipo *achar2* é, segundo a autora, uma extensão metafórica do tipo *achar1*. O *achar2* é um verbo que seleciona dois argumentos, um sujeito com traço [+ humano] e um complemento oracional [+ abstrato]. Os outros dois tipos de *achar* identificados no trabalho de Galvão (1999) (*achar3 (palpite)* e *achar4*) apresentam um caráter modalizador forte e deixam de apresentar as propriedades verbais mais plenas, ou seja, deixam de manifestar variabilidade de modo, tempo e pessoa, evidenciando uma descategorização.

Dos usos de *achar*, dois tipos de modais epistêmicos podem ser indicados como de julgamento: um no qual o falante indica a validade da informação, e um que se refere à confiança do falante a respeito do que está dizendo. Diz autora que “esses tipos no entanto, estão tão intimamente correlacionados que é difícil muitas vezes perceber quando o falante está validando ou indicando a informação” (GALVÃO, 1999, p.35). Quando o falante utiliza *achar3 (palpite)* está fazendo uma afirmação, porém atenuada, sem compromisso com a verdade do que diz, apenas com um grau de certeza menor. Essa informação sobre o grau de certeza está, portanto, fora do conteúdo enunciado. No que diz respeito aos níveis de estruturação do enunciado, Galvão (1999) verificou que o *achar3* opera no nível

³⁴ De acordo com o uso, a construção (*eu*) *acho* é analisada, sintaticamente, ora como um parentético epistêmico, ora como uma oração encaixadora, como se verá mais adiante. Optou-se pelo uso do termo ‘expressão’ quando for feita alguma referência à forma genérica da construção: (eu) + *acho*.

proposicional: “a sua qualificação epistêmica incide sobre uma proposição, o falante assume seu enunciado, posicionando-se em relação à avaliação do valor da verdade do que se enuncia” (GALVÃO, 1999, p.93). Continua a autora dizendo que, nesse tipo de uso do *achar*, geralmente o falante utiliza-se da primeira pessoa do presente do indicativo, para indicar a sua não certeza da verdade do conteúdo proposicional. Esse tipo de *achar* (*achar3*, *palpite*) teria o caráter modalizador mais acentuado.

O outro tipo de *achar* identificado pela autora é o *achar4*, também dotado de um valor modal justamente por funcionar como um empecilho à validade do conteúdo proposicional. Esse tipo de *achar* se diferencia do *achar3* por ocorrer fora de uma estrutura sentencial e por apresentar propriedades que se afastam significativamente daquelas inerentes aos verbos, justamente por ter “um comportamento muito semelhante ao dos itens que exercem função gramatical de advérbio” (GALVÃO, 1999, p. 91).

São várias as características compartilhadas entre *se (eu) não me engano* e *achar* em seu uso modal. Uma delas, já mencionada neste trabalho³⁵, diz respeito à manifestação da subjetividade (TRAUGOTT, 2010), que é semelhante nas duas expressões, uma vez que está em jogo a relação entre o falante e suas atitudes e crenças.

Outra indicação que se colhe em Galvão (1999) diz respeito à fixidez (cristalização) da forma das duas expressões. Todas as ocorrências dos tipos de *achar* que têm valor epistêmico encontram-se em primeira pessoa do singular do tempo presente do modo indicativo. Segundo a autora, essa cristalização de modo, tempo e pessoa deve estar relacionada ao fato de que o momento da enunciação é simultâneo à modalização do conteúdo enunciado, quando o falante chama para si a responsabilidade sobre o que diz, posicionando-se em relação à avaliação do valor de verdade do que enuncia. As análises das ocorrências seguintes mostram como as duas expressões podem produzir um mesmo efeito de sentido. Para cada uso particular de *achar* faz-se a substituição por *se eu não me engano*:

Uso 1: Relativizando o valor de toda a proposição:

a) “*E a Filomena?*”, perguntou Beatrice.

“*Acho que já está dormindo*”. (ACM-R)

a1) Substituição: *Se (eu) não me engano já está dormindo*.

Uso 2: Modalizando o valor de verdade de um dado específico da construção nuclear:

a) *são as mais fortes... as mais aceitas... as que gozam portanto de maior aceitação da*

³⁵ Parte 6.8 que trata da expressão da subjetividade.

comunidade são as mais abrangentes... as mais amplas... mais do que por exemplo... isso eu expliquei... eu acho que na segunda ou terceira aula... (EF-PE: 337)

a1) Substituição: *isso eu expliquei... se (eu) não me engano na segunda ou terceira aula...*

b) (...) *mais: intensas eu acho que vocês leram isso entre as páginas doze treze e catorze por que mais intensas? são as mais fortes... as mais aceitas... as que gozam portanto de maior aceitação da comunidade são as mais abrangentes... as mais amplas... (EF-PE: 337)*

b1) Substituição: (...) *mais: intensas se(eu) não me engano vocês leram isso entre as páginas doze treze e catorze por que mais intensas? são as mais fortes... as mais aceitas... as que gozam portanto de maior aceitação da comunidade são as mais abrangentes... as mais amplas...*

Observou-se também que as duas expressões modalizadoras (*se não me engano* e *acho que*) podem ocorrer juntas, incidindo sobre o mesmo âmbito de incidência, reforçando o valor da dúvida, incerteza, como explicita a seguinte ocorrência:

(78) a) *Doc como é? cê sabe como é?...*

L1 é o pato é assim...ele vem o pato cozido feito uma espécie de canja...só que o caldo é justamente é uma água misturada com uma farinha eu acho que é...é ta/ ta-ca-cá se não me engano o nome da farinha que eles usam...é uma farinha tirada de uma folha de árvore uma coisa assim que eles depois fazem uma farinha...eu realmente não me detive mui/

Doc não é o tacacá não...é uma outra erva... (DID-RS: 328)

Nessa ocorrência o valor de verdade da construção *é... é ta/ta-ca-cá* é duplamente relativizado. Isso prova, mais uma vez que as construções com orações *se (eu) não me engano* e *acho (que)* expressam efeitos de sentido bem parecidos, ou seja, as duas construções são usadas para exprimir incerteza, marcar a dúvida sobre o valor de verdade da proposição. As duas construções carregam um valor modal forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas teorias de orientação funcionalista apresentadas, referentes a modalidade, evidencialidade, condicionalidade, gramaticalização e (inter)subjetividade, esta pesquisa analisa ocorrências de língua escrita e falada da condicional *se (eu) não me engano* com o objetivo principal de verificar se ela está funcionando como um modalizador epistêmico.

No início do trabalho se oferece uma explanação teórica sobre modalidade (Hengeveld, 1988, 1989 e Dik 1989) que permite situar *se (eu) não me engano* no nível da proposição, com função de relativizador do valor de verdade do conteúdo proposicional. Na sequência justifica-se a filiação deste trabalho às propostas de Nuyts (2001) para o tratamento da modalidade: entende-se aqui, em consonância com o autor, que modalidade e evidencialidade são dimensões semânticas relacionadas, e que não existe modalização sem evidencialidade. Nesse sentido, avaliou-se que na condicional *se (eu) não me engano* estão envolvidos dois tipos de qualificação a) qualificação evidencial (fonte da evidência – *eu*), b) qualificação modal epistêmica (é possível que ao enunciar uma proposição o falante esteja enganado sobre a sua validade).

Às dimensões da modalidade e da evidencialidade Nuyts (2001) relaciona a dimensão da subjetividade. As análises mostraram que a condicional em estudo pode expressar uma avaliação epistêmica subjetiva ou intersubjetiva, e que esses valores estão estritamente relacionados com o sujeito da dúvida (sujeito sintático da condicional) e com o sujeito da proposição: nos usos em que esses sujeitos são correferentes o valor subjetivo é predominante, salvo quando o falante apresenta na condicional uma situação experienciada também por outra pessoa.

A verificação da manifestação de valor modal na expressão *se (eu) não me engano* encaminha o trabalho para a análise da relação condicional que a construção expressa. A hipótese³⁶ que se testou, e que se confirmou, foi a de que essa condicional não apresenta um comportamento prototípico de condicionalidade. As constatações que contribuíram para a confirmação da hipótese foram:

- nem sempre *se (eu) não me engano* se liga a uma oração principal (ela também pode ocorrer ligado a um sintagma);

³⁶ A análise da relação condicional empreendida neste trabalho baseou-se, principalmente, em Sweetser (1990). O veio central do pressuposto teórico da autora diz respeito à tipologia tripartite de condicionalidade: condicionais epistêmicas, condicionais de atos de fala, condicionais de conteúdo.

- do ponto de vista lógico-semântico *se (eu) não me engano* não apresenta uma condição suficiente para a verdade de uma proposição que seria uma apódose;
- a proposição nuclear não depende da condicional da mesma maneira que ocorre no caso das condicionais canônicas, nas quais se combinam uma prótase a uma apódose canônicas;
- *se (eu) não me engano* não representa o complexo causal-condicional que está na base das condicionais prototípicas.

Dessa forma, a natureza multifacetada da condicional em estudo se limita às interpretações de modalidade e de disjunção, ficando comprometida a relação causal que se espera de uma condicional.

A gramaticalização é outro processo investigado nesta dissertação, justamente por ser altamente ligada ao conjunto de assunções funcionalistas apontadas em Neves (2002, p.176), entre os quais se destacam: (i) caráter não-discreto das categorias; (ii) fluidez semântica, com valorização do papel do contexto.

As particularidades de uso de *se (eu) não me engano* apontaram para a possibilidade de tratar-se de um caso incipiente de gramaticalização. Dentre essas particularidades estão:

- a fixidez da forma condicional (BYBEE, 1995): *se* + 1ª pessoa do singular + não + enganar (tempo presente);
- a grande frequência de uso (se comparada com outras expressões condicionais tidas como quase sinônimas e que exercem a mesma função modal: *se não estou enganado, se não me falha a memória, se não estou errado*) (BYBEE, 1995; LEHMANN, 1985);
- a redução de elemento que constitui o âmbito de incidência, "escopado": oração > constituinte específico de uma oração > sintagma (LEHMANN, 1985);
- a saliência de membro periférico (dessentencialização), justamente por se tornar um elemento com valor adverbial (LEHMANN, 1988).

O estudo dos processos de gramaticalização também permitiu que se analisasse a expressão da (inter)subjetividade (TRAUGOTT, 2010) na condicional em exame. A questão principal que se colocou foi se *se (eu) não me engano* expressa uma relação intersubjetiva em contextos específicos. Cotejaram-se nesse ponto do trabalho as noções de (inter)subjetividade de Nuyts (2001) e de Traugott (2010), que, embora diferentes, não são excludentes, e por isso foram levadas em conta nas análises empreendidas. Verificou-se que o contexto de uso que propicia a ocorrência de *se (eu) não me engano* com valor intersubjetivo é aquele em que o falante se dirige de forma direta ao seu interlocutor, e que nesse tipo de contexto esse segmento tem a dupla função de indicar a preocupação do falante com a autoimagem de seu

ouvinte (TRAUGOTT, 2001) e a preocupação do falante com a preservação de sua própria face (GOFFMAN, 1970).

As análises quantitativas e qualitativas dos dados fizeram notar, em primeiro lugar, que a manifestação da modalização epistêmica está estritamente ligada ao tipo de relação condicional que *se (eu) não me engano* estabelece na construção. Nesse sentido, as análises da posição desse segmento (de forma evidentemente condicional) em relação ao seu âmbito restrito de incidência, a caracterização do próprio âmbito de incidência e, ainda, a verificação da grande mobilidade sintática dessa “condicional” comprovaram o que se hipotetizava: o *se (eu) não me engano* apresenta um comportamento bem semelhante ao dos modalizadores epistêmicos e de outras expressões que também possuem essa função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRESCU, S. Sur les modalités croire et savoir. *Language*, v. 43, p. 19-27, 1976.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Francke: Berne, 1950.
- BEAUGRANDE, R. A. *Introduction to the study of text and discourse*. Cap. I. Wien: Universitäts Verlag (pré-impressão), 1993.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1958.
- BRINTON, L. J. The development of *I mean*: Implications for the study of historical pragmatics. In *Methods in Historical Pragmatics*, Fitzmaurice, S.; Taavitsainen I.(eds.), 37–80. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2007.
- BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- CERVONI, J. *A enunciação*. Tradução por L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- CHAFE, W. L. *Meaning and the structure of language*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1970.
- COSERIU, E. *Competência Linguística*. Elementos de la teoría del hablar. Tradução espanhola. Madrid: Gredos, 1992.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A manifestação da modalidade epistêmica – um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp de Araraquara, 1995.
- _____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI et al. (Org.) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: Fonologia, Morfologia, Sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Descrição do Português: Definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland/ Providence RI- U.S.A.: Foris Publications, 1989.
- _____. *The theory of functional grammar* 2. ed. K. HENGEVELD. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- GALVÃO, V. C. C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Dissertação (Mestrado) – IEL/UNICAMP, 1999.

_____. Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão *diz que*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp de Araraquara, 2001.

GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GONÇALVES, S.C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*, 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GONÇALVES, S.C.L. et al. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Garden City, 1967

HAIMAN, J. Constraints in the form and meaning of the protasis. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 215-227

HALLIDAY, M. A. K. Functional Diversity in Language as Seen from a Consideration of Modality and Mood in English. *Foundations of Language*, v. 6, p. 322-61, 1970.

_____. *An Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *J. Semantics*, v. 6, p. 227-69, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. *J. Linguistics*, v. 25, p. 127-57, 1989.

_____. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G.; C. LEHMANN, et al. (Org.). *Morphologie Morphology*. New York, 2004, p. 1191-1201.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford, 2008.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Evidentiality in Functional Grammar*. Londres. 2008. Disponível em: <http://home.hum.uva.nl/oz/hengeveldp/> . Acesso em: 10/07/2010.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp de Araraquara, 1999.

- HIRATA-VALE, F. B. M. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp de Araraquara, 2005.
- HOPPER, J. P. On some principles of grammaticization. In Traugott and Heine (eds.), vol. I, 17–35, 1991.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JUBRAN, C. A. S. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. M. *Gramática do Português Falado: Novos estudos*. v. VII. Campinas: Editora da UNICAMP/Humanitas/FAPESP, 1999. p. 131-158.
- _____. *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.
- KIEFER, F. On defining modality. *Folia Linguística*, v. 21, n.1, p. 67-93, 1987.
- KOCH, I. G. V. *Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1986.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar: Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. München, Newcastle: Lincom Europa, 1995 [1982].
- _____. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON S. A. (Org.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 181-225.
- _____. Latin subordination in typological perspective. In: CALBOLI, G., (Org.) *Subordination and other Topics in Latin: Proceedings of the Third Colloquium on Latin Linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1989.
- LYONS, J. *Semantics 2*. Cambridge: University Press, 1977.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON S. A. (Org.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.
- NEVES, M. H. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A gramaticalização e a articulação de orações. *Estudos Lingüísticos*, São José do Rio Preto, v. 27, p. 46-56, 1998.
- _____. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Falado: Novos estudos*. v. VII. Campinas: UNICAMP/Humanitas/FAPESP, 1999. p. 497-544.

_____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. 23, p. 97-123, 2000.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000 a .

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolar, temas e rumos. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. (Org.). *Funcionalismo e Gramaticalização: teoria, análise e ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004. p. 13-28

_____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Gramática e ensino: de quando facilitar complica. In: DAHLET, V. (org.) Colóquio LINDIL. São Paulo: Editora da USP, no prelo.

_____.; ROBUSTE, T. B. A funcionalidade da expressão *se (eu) não me engano* – Gramática e Discurso. In: *Estudos Linguísticos da FCLAr: desafios na Pós-Graduação*. (no prelo)

NUYTS, J. Subjective vs objective modality: what is the difference? In: FORTESCUE, M. et al. (Org.). *Layred structure and reference in a functionnal perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 73-97.

_____. *Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure*. *Linguistics*, v. 31, p. 933-69, 1993.

NUYTS, J. Tensions between discourse structure and conceptual semantics: the syntax of epistemic modal expressions. *Studies in Language*, v. 24, n. 1, p. 103-135, 2000.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001.

OLIVEIRA, T. P. *As conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. 2008. 157 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

_____. *Se não me engano está se gramaticalizando?* São Paulo: *Alfa*, 2008 (a) v. 52, n.1. Disponível em: <<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v52-1/11-Oliveira.pdf>>.

PALMER, F. R. *Modality and the English modals*. New York: Longan, 1979.

RISSE, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Falado: Desenvolvimentos*. v. VI. Campinas: Editora da UNICAMP /FAPESP, 1996. p. 21-94.

THOMPSON, S. MULAC. A. *A quantitative perspective on the grammaticalization of epistemic parenteticals in English*. In: E. Traugott, D. Heine (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: J. Benjamins Com., 1991. vol. 2.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual to expressive meanings: Some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (eds.), *Perspectives on Historical Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 245-271, 1982.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: An example of subjectification in semantic change. *Language* 65: 31-55., 1989.

_____. Subjectification in grammaticalisation. In: D. Stein and S. Wright, eds. 31-54, 1995.

_____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K. *et al.* (Org.) *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects, of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VAN VALIN, R. D. JR., LAPOLLA, R. J. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.